

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---------------------------------------------------	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	25
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	26
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	29
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	32
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
--------------------------------------------------	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	37
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38
5.4 - Outras informações relevantes	39
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	43
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	45
6.7 - Outras informações relevantes	46
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	47
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	49
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	51
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	53
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	54
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	55
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	56
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	57
7.9 - Outras informações relevantes	58
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	59
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	60
8.3 - Operações de reestruturação	61
8.4 - Outras informações relevantes	62
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	63
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	64

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	65
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	66
9.2 - Outras informações relevantes	67
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	68
10.2 - Resultado operacional e financeiro	74
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	78
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	79
10.5 - Políticas contábeis críticas	80
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	85
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	86
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	87
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	88
10.10 - Plano de negócios	89
10.11 - Outros fatores com influência relevante	90
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	91
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	92
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	93
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	98
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	101
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	102
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	103
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	104
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	106
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	108

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	109
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	114
12.12 - Outras informações relevantes	115

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	116
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	119
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	122
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	126
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	130
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	131
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	132
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	133
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	135
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	138
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	139
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	140
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	141
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	142
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	143
13.16 - Outras informações relevantes	144

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	145
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	149
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	150

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	152
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	153
15.3 - Distribuição de capital	158
15.4 - Organograma dos acionistas	159
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	160
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	162
15.7 - Outras informações relevantes	163
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	164
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	165
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	167
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	168
17.2 - Aumentos do capital social	169
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	175
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	176
17.5 - Outras informações relevantes	177
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	178
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	179
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	180
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	181
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	182
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	183

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	184
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	185
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	186
18.10 - Outras informações relevantes	187
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	188
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	189
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	190
19.4 - Outras informações relevantes	191
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	192
20.2 - Outras informações relevantes	193
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	194
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	195
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	196
21.4 - Outras informações relevantes	197
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	198
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	199
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	200
22.4 - Outras informações relevantes	201

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Caroline Miranda Ebel

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Eduardo Silveira Mufarej

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0002-00
Período de prestação de serviço	16/02/2009 a 28/01/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 143,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
Justificativa da substituição	Procedimento interno da empresa de auditoria
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Jubran Pereira Pinto Coelho	01/01/2011 a 28/01/2014	881.663.096-53	R. Dr. Paes de Barros, 33, 19 andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: jpcoelho@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/04/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 156,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
Justificativa da substituição	Rotatividade obrigatória prevista em regulação vigente
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Luis Teixeira Santos	01/04/2014	042.802.187-57	Rua Alexandre Dumas, 1981, -, Chacara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51866686, e-mail: marceloteixeira@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não recebeu nenhuma ressalva dos auditores independentes.

Nos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013, a única ênfase recebida pela Companhia pelos auditores independentes foi:

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tarpon Investimentos S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

Além disso, não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	71.132.000,00	25.518.000,00	51.108.000,00
Ativo Total	92.161.000,00	78.604.000,00	126.675.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	129.568.000,00	96.904.000,00	242.199.000,00
Resultado Bruto	132.800.000,00	100.150.000,00	256.690.000,00
Resultado Líquido	74.040.000,00	40.688.000,00	109.503.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	46.288.258	47.849.129	48.193.000.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,540000	0,533301	1,060400
Resultado Líquido por Ação	1,600000	0,860000	2,340000

3.2 - Medições não contábeis

Não são adotadas pela Companhia medições não contábeis para a avaliação de sua situação financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve nota de Eventos Subsequentes nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2011	2012	2013
Regras sobre retenção de lucros	(a) 5% (cinco por cento) dos lucros deverão ser destinados para a reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de 5% anteriormente mencionada; do saldo remanescente, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de reserva de contingências e eventual reversão dessa reserva, nos termos da legislação em vigor; (b) até 10% (dez por cento) do saldo remanescente após o pagamento dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, poderão ser destinados para Reserva de Investimento com finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, sem prejuízo do disposto no artigo 196 da Lei das S.A.; e (c) o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.		
Valores de retenção de lucros	R\$ 387.116,61 para reserva legal; e R\$6.085.274,26 para a reserva de investimentos.	R\$ 3.051.611,56 para reserva estatutária; e R\$8.169.077,61 para cancelamento de ações de emissão da companhia mantidas em tesouraria.	R\$ 98.809,74 para reserva legal; e R\$ 7.810.000,00 para cancelamento de ações.
Regras sobre distribuição de dividendos	Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais,	Não houve.	Não houve.	Não houve.

3.4 - Política de destinação dos resultados

administrativas ou arbitrais			
---------------------------------	--	--	--

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	74.040.104,83	40.688.154,17	103.029.778,70
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	89,320000	72,420000	94,420000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	93,000000	15,480000	201,590000
Dividendo distribuído total	66.131.295,19	29.467.465,00	103.029.778,70
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	20.000.000,00	05/08/2013	7.957.000,00	16/08/2012	8.450.414,37	16/03/2011
Ordinária	46.131.295,19	12/03/2014				
Ordinária			21.510.465,00	12/03/2013		
Ordinária					94.579.364,33	05/08/2011

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos 3 exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	21.029.000,00	Índice de Endividamento	0,29563300	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	21.029.000,00	0,00	0,00	0,00	21.029.000,00
Total	21.029.000,00	0,00	0,00	0,00	21.029.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida da companhia era composta por:

- (i) **contas a pagar**, referente a valores devidos a fornecedores no valor de R\$823.000,00 e R\$ 16.000,00 de arrendamento financeiro a pagar;
- (ii) **obrigações tributárias**, no valor de R\$18.091.000,00, as quais foram integralmente quitadas nesta data;
- (iii) **obrigações trabalhistas e despesa de pessoal**, no valor de R\$2.099,00, as quais já foram integralmente quitadas nesta data; e

A Companhia ressalta que em 31 de dezembro de 2013 não possuía qualquer tipo de endividamento bancário ou oneroso.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Fatores de Risco relacionados ao Emissor

I. A natureza dos negócios e atividades da Companhia traz riscos significativos ao investimento nas Ações

A Companhia (definição que inclui a Emissora e as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente) gere determinados fundos, veículos e carteiras de investimentos (“Fundos”). Os portfólios dos Fundos são compostos quase exclusivamente por ações de companhias abertas e fechadas, isto é, por ativos de renda variável, observando-se uma estratégia de significativa concentração. Se ocorrer uma queda no valor das ações de uma ou mais companhias que compõem os portfólios dos Fundos, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das ações emitidas pela Companhia (“Ações”) serão adversa e significativamente impactados.

Os Fundos estão sujeitos a resgates conforme previsto nos respectivos regulamentos. A decisão pode estar baseada na percepção individual dos investidores sobre o cenário macroeconômico atual ou futuro, as perspectivas de crescimento de economias emergentes de maneira geral, e do Brasil em particular, e sobre as condutas dos administradores e empregados da Companhia, dentre outros motivos que não estão sob controle da Companhia. Tal resgate diminuirá o montante de ativos sob gestão dos Fundos e, conseqüentemente, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações.

II. Os resultados positivos dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

O resultado histórico das atividades da Companhia não é indicativo dos resultados futuros da Companhia ou de quaisquer retornos esperados do investimento nas Ações.

Os retornos apresentados pelos Fundos são relevantes somente como uma indicação das taxas auferidas historicamente com a gestão dos Fundos. Os resultados históricos e os potenciais resultados futuros dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

Entretanto, um resultado desfavorável dos Fundos poderá causar uma diminuição substancial nas receitas provenientes dos honorários relativos a taxas recebidas com base nesses Fundos e, dessa maneira, causar um efeito adverso no desempenho da Companhia e nos investimentos nas Ações.

Ademais, no que diz respeito aos resultados históricos dos Fundos, deve-se destacar que:

- (i) tais resultados não devem ser considerados como indicação de resultados futuros dos Fundos, nem de qualquer fundo ou carteira que a Companhia possa gerir no futuro;
- (ii) as taxas de retorno em investimentos de *private equity*, calculadas com base nos ativos ilíquidos dos investimentos dos respectivos fundos, refletem ganhos não realizados e que podem não vir a se realizar; e
- (iii) os resultados dos Fundos refletem oportunidades de investimento e condições gerais de mercado que podem não estar presentes no futuro, não havendo qualquer garantia de que os Fundos atuais ou futuros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

serão capazes de beneficiar-se de oportunidades de investimento rentáveis da mesma maneira que foram no passado.

III. *A Companhia é altamente dependente de certos membros de sua administração e a perda de qualquer desses indivíduos pode afetar adversamente sua capacidade de implementar sua estratégia de negócios e de continuar a crescer.*

A Companhia depende significativamente do comprometimento e da capacidade dos seus administradores e gestores para a implementação da sua estratégia, incluindo a identificação de potenciais investimentos, a seleção, a estruturação e consumação dos investimentos feitos pelos Fundos em ações de companhias abertas e fechadas, o acompanhamento do desempenho de seu portfólio e a definição do momento apropriado para o desinvestimento. A Companhia é uma prestadora de serviços especializados, e não tem ativos significativos. A prestação de tais serviços depende da contratação e retenção de uma equipe de administradores e empregados de primeira linha, bem como de seu alinhamento de longo prazo com os resultados da Companhia. Se a Companhia não conseguir contratar, reter e alinhar administradores e empregados com os resultados da Companhia, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

Os principais Fundos sob gestão da Companhia contém uma cláusula de “pessoa-chave” (*key-man event*) segundo a qual caso executivos chave não dediquem parcela substancial de seu tempo de trabalho ao fundo os seus investidores poderão resgatar antecipadamente o investimento e extinguir o fundo.

Além disso, a Companhia depende de outros membros da sua administração e de suas redes de relacionamento para desempenhar suas atividades. A perda de qualquer dessas pessoas pode causar um efeito adverso à Companhia. A Companhia acredita que poderá vir a ser necessário atrair e contratar profissionais qualificados do ramo de investimentos para implementar satisfatoriamente sua estratégia. Contudo, a Companhia pode não ter sucesso em recrutar novos talentos e em reter os atuais, uma vez que o mercado de profissionais qualificados nesta área é bastante competitivo. Esforços que visem a reter ou atrair profissionais podem, além disso, significar custos adicionais, que podem afetar adversamente a Companhia. Se a Companhia perder qualquer um de seus administradores ou gestores, existirá também o risco de resgates dos Fundos e de a Companhia não conseguir gerar novas oportunidades de negócios.

A perda destes profissionais teria um efeito adverso sobre os seus resultados, inclusive com relação à sua capacidade de atrair investidores e levantar novos Fundos e a performance dos Fundos. A Companhia não tem seguro de vida do qual poderia receber indenização no caso de morte ou incapacidade de quaisquer dessas “pessoas-chave”.

IV. *As receitas e lucratividade da Companhia poderão variar, o que poderá dificultar o crescimento estável dos seus lucros a cada trimestre e provocar a volatilidade do preço de mercado das Ações.*

Os Fundos experimentam considerável variação nas receitas e lucros durante o ano e de um ano para outro, devido a flutuações nos valores líquidos dos investimentos em ativos negociados em bolsa de valores, ao desempenho dos portfólios em relação aos respectivos parâmetros de desempenho (*benchmarks*). O recebimento (e o momento de recebimento) dos honorários relativos a taxas de performance que provêm dos investimentos de *private equity* dependem de eventos esporádicos e altamente variáveis, uma vez que dependem da realização desses investimentos e posterior desinvestimento dos mesmos. Não se pode prever se, ou quando, ocorrerá a realização dos investimentos ou desinvestimento de *private equity*.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia recebe honorários referentes a taxas de performance coletadas com base no desempenho dos Fundos. Por isso, se os valores de mercado de quaisquer das companhias dos portfólios geridos forem reduzidos nas datas de apuração, mesmo que apenas temporariamente, as receitas relacionadas a honorários relativos a taxas de performance que a Companhia receberá serão reduzidas.

Todos os Fundos estão sujeitos a *high water marks*, segundo os quais a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance por um determinado período, mesmo que o respectivo Fundo tenha obtido retornos positivos nesse período, se o fundo tiver incorrido perdas maiores em períodos anteriores. Portanto, se um fundo sofrer perdas em um período, a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance daquele fundo até que se ultrapasse a *high water mark* anterior. Essas flutuações das receitas e lucros da Companhia poderão levar a uma considerável volatilidade dos preços das Ações.

V. A má-conduta dos funcionários e a percepção insubstanciada de uma má conduta dos funcionários por parte dos quotistas poderá prejudicar a Companhia, reduzir a sua capacidade de atrair e manter a gestão dos Fundos e sujeitar a Companhia a considerável responsabilidade civil, a investigações dos órgãos reguladores e a danos significativos à sua reputação. Esse tipo de conduta é de difícil verificação e prevenção.

A Companhia é vulnerável à má percepção do mercado, uma vez que opera em um setor no qual a integridade e confiança de seus clientes e investidores dos Fundos são cruciais. A boa reputação da Companhia é essencial à manutenção e ao desenvolvimento de relações com potenciais e atuais clientes e terceiros com os quais a Companhia realiza seus negócios. Nos últimos anos, testemunhou-se no mercado financeiro mundial uma série de casos de grande repercussão envolvendo fraudes, conflitos de interesse ou outras formas de má-conduta envolvendo profissionais da área. Os funcionários da Companhia podem incorrer em atividades de má-conduta (ou os quotistas dos Fundos e acionistas da Companhia poderiam supor que tais condutas ocorreram, mesmo sem provas) o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Se, por exemplo, um dos seus funcionários praticasse atividades ilícitas ou suspeitas, a Companhia poderia não só estar sujeita a sanções regulatórias, mas também ter sua reputação, situação financeira e relacionamento com os investidores/clientes seriamente abalados como consequência da correspondente percepção negativa, afetando a capacidade de atrair recursos para os Fundos. Nem sempre é possível impedir a má-conduta de um funcionário ou uma alegação infundada de má-conduta, visto que as medidas de prevenção implementadas pela Companhia poderão ser ineficazes.

VI. Um fraco desempenho dos Fundos causaria uma queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia e afetaria adversamente a capacidade da Companhia de captar recursos para fundos ou carteiras futuras.

Os resultados operacionais da Companhia dependem do desempenho dos Fundos. Considerando que as receitas da Companhia estão relacionados com os resultados obtidos pela a gestão e desempenho dos Fundos, o fraco desempenho desses fundos resultará em redução dos honorários a que a Companhia faz jus e, conseqüentemente, das receitas, além de dificultar a manutenção ou atração de novos Fundos e o crescimento dos negócios da Companhia. As receitas da Companhia estão relacionadas, sobretudo, a duas fontes: (i) honorário referentes a taxas de gestão, com base no volume de ativos dos Fundos; e (ii) honorários referentes a taxas de performance, obtidas com base no desempenho dos Fundos. Se qualquer desses Fundos tiver um fraco desempenho, as receitas e resultados operacionais da Companhia se reduzirão.

VII. A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento do capital social. A obtenção de recursos por esse meio poderá diluir a participação dos acionistas na Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de obter financiamento em termos atraentes para a Companhia. Caso a Companhia não consiga obter recursos adequados para atender às suas exigências de capital, poderá ser obrigada a aumentar o seu capital social. Além disso, a Companhia poderá optar por buscar recursos adicionais, caso acredite que tais recursos sejam obtidos em condições favoráveis. Captações adicionais podem ser obtidas por meio de aumentos de capital, que podem levar à diluição da participação dos acionistas da Companhia.

VIII. Os titulares de Ações podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber um valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

O estatuto social da Companhia prevê que a Companhia deve pagar aos seus acionistas um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado anual da Companhia, calculado e ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Porém, em determinadas circunstâncias, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou poderá distribuí-los em valor inferior ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Por exemplo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia pode recomendar o não pagamento de dividendos, caso acredite que o tal pagamento seja inconsistente com a situação financeira da companhia naquela data. Portanto, os titulares de Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio nessas circunstâncias ou poderão receber dividendos em valores inferiores ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

b) Fatores de Risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

I. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses do investidor.

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, sujeitos a certas exceções, deliberar sobre qualquer assunto que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, sociedades e o montante e período de pagamento de dividendos futuros. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão diferir daqueles dos acionistas não controladores.

c) Fatores de Risco relacionados aos acionistas da Companhia

I - A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Mercados de negociação líquidos e ativos geralmente acarretam menor volatilidade de preços e maior eficiência na execução de ordens de compra e venda de pessoas que não tenham nenhuma relação com a emissora. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das Ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderão prejudicar o valor de negociação das Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d) Fatores de Risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Os fatores de risco da Companhia, descritos acima, incluem os fatores de risco de suas subsidiárias, conforme aplicável.

e) Fatores de Risco relacionados aos fornecedores da Companhia

Conforme apontado anteriormente, a Companhia depende basicamente das pessoas que contrata como administradores e empregados, não havendo um fornecedor específico responsável única e exclusivamente para o bom andamento das operações envolvendo a Companhia.

No entanto, a Companhia depende de uma série de fornecedores, tais como organizações bancárias, de compensação e liquidação, sociedades prestadoras de serviços de telefonia, provedores de serviço em linha direta, processadores de dados e vendedores de software e hardware com relação a elementos dos seus sistemas de registro e negociação, bem como outros sistemas e o suporte e a manutenção correlatos. Não há como assegurar que qualquer desses prestadores de serviços conseguirá continuar a prestar tais serviços de modo eficiente ou que os mesmos conseguirão expandir os seus serviços adequadamente de modo a satisfazer nossas necessidades. A interrupção ou a cessação da prestação de serviços relevantes por terceiros e a nossa incapacidade de realizar ajustes alternativos tempestivamente ou de realizar tais serviços podem ter efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

f) Fatores de Risco relacionados aos clientes da Companhia

I. Os investidores dos Fundos poderão resgatar seus investimentos a qualquer momento, o que poderá levar a uma redução das receitas da Companhia e afetá-la adversamente.

Os investidores de uma parte dos Fundos podem, de modo geral, resgatar a totalidade ou parte de seus investimentos de tais Fundos a cada mês ou a cada trimestre, dependendo do Fundo gerido. Os investidores poderão decidir transferir seus recursos dos Fundos para outros investimentos por inúmeras razões, além de um desempenho insatisfatório dos Fundos. Entre os fatores que poderão resultar na saída de investidores dos Fundos, estão sua própria percepção sobre o ambiente de investimentos global e no Brasil, mudanças nas taxas de juros que tornem outros investimentos mais atraentes, alterações na percepção do investidor quanto ao foco do gestor, descontentamento com alterações ou ampliações da estratégia de investimentos do Fundo, perdas ou alteração das responsabilidades de profissionais-chave na área de investimentos, e mudanças na regulamentação e legislação. Num mercado financeiro em queda, o ritmo dos resgates e a consequente redução dos ativos sob gestão da Companhia poderá se acelerar significativamente. A redução das receitas da Companhia que resultaria de resgates significativos dos Fundos teria um efeito adverso sobre o valor total sob gestão da Companhia, e consequentemente sobre as receitas da mesma. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por perdas dos negócios com seus principais clientes e investidores.

II. Grande parte das receitas da Companhia provém dos contratos relacionados com a gestão dos Fundos, que poderão ser rescindidos antecipadamente.

Os termos dos contratos que regem os Fundos normalmente conferem aos investidores o direito de terminar o relacionamento da Companhia com esses Fundos, em circunstâncias específicas. Se os contratos de gestão forem rescindidos antecipadamente, a Companhia será afetada adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os documentos constitutivos dos principais fundos sob gestão da Companhia geralmente concedem aos investidores o direito de destituir seus respectivos *managing members* (sócios gerentes) em diversas circunstâncias. Na hipótese de destituição de um *managing member*, o outro *managing member* eleito poderá optar por não manter a Companhia como responsável pela gestão dos respectivos fundos, fazendo com que esta perca o direito de receber os honorários que compõem a receita da Companhia.

g) Fatores de Risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

I. O setor de gestão de recursos é altamente competitivo.

O porte e o número dos fundos de ações e fundos de *private equity* vêm crescendo há vários anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Se esta tendência se mantiver, é possível que seja cada vez mais difícil para os Fundos captarem recursos. Acima de tudo, a alocação de volumes cada vez maiores de capital em estratégias de investimentos alternativas, por investidores institucionais e individuais, poderá levar a uma redução das oportunidades de investimento lucrativas, devido, dentre outros fatores, à elevação dos preços dos investimentos ou a uma maior dificuldade de obtenção dos retornos desejados. Além disso, se as taxas de juros aumentarem, a atratividade dos Fundos em comparação com investimentos em outros produtos poderá diminuir.

A concorrência por alocação de recursos de investidores depende de diversos fatores, entre os quais:

- (i) o desempenho do investimento;
- (ii) a percepção do investidor quanto aos esforços, ao foco e ao alinhamento de interesses dos gestores do investimento;
- (iii) a qualidade dos serviços prestados aos investidores e a duração do relacionamento com eles;
- (iv) a reputação no mercado; e
- (v) o valor das dos honorários relativos às taxas cobradas pelos serviços.

A Companhia compete em todos os aspectos do setor de gestão de recursos com um grande número de gestores de recursos e fundos de *private equity*, *hedge funds* e outras instituições financeiras. Alguns desses concorrentes possuem mais visibilidade no mercado e maior acesso ao capital. Além disso, alguns fatores contribuem para elevar os riscos competitivos da Companhia:

- (i) os investidores poderão demonstrar preocupação de que a Companhia poderia priorizar o crescimento de um negócio em detrimento de seu desempenho;
- (ii) são relativamente poucas as barreiras à entrada de novos gestores de recursos e fundos de *private equity* e *hedge funds* no mercado, e os esforços bem-sucedidos dos novos participantes nas diversas linhas de atuação da Companhia – como ex-gestores de carteira de destaque vindos de instituições financeiras diversificadas e de grande porte (bem como essas próprias instituições) ou companhias estrangeiras tradicionalmente não voltadas ao Brasil ou à América Latina – continuarão resultando em maior concorrência;
- (iii) outros participantes do setor poderão tentar recrutar os melhores e mais destacados profissionais de investimento da Companhia;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (iv) o número de oportunidades de investimento no mercado acionários brasileiro é relativamente pequeno comparado a outros mercados desenvolvidos. Isso pode resultar em concorrência por oportunidades e correlação com portfólios de nossos concorrentes.

Esses e outros fatores poderão afetar adversamente a Companhia. Além disso, se a Companhia for obrigada a competir por investidores com outros gestores alternativos de investimentos em termos de preço, a Companhia pode não ser capaz de manter suas estruturas atuais de honorários relacionados aos honorários relativos a taxas de gestão e performance. Há um risco de redução das taxas do setor de gestão de investimentos, independente do desempenho histórico do gestor. O ambiente de mercado competitivo poderá elevar a pressão sobre as taxas que a Companhia pode cobrar de seus investidores. Uma redução das taxas dos fundos existentes ou futuros, sem reduções correspondentes na estrutura de custos da Companhia, poderá afetar os lucros obtidos pela Companhia de modo adverso.

II. Como gestora dos Fundos, a Companhia estará sujeita ao risco de litígios judiciais com terceiros, o que poderá resultar em perdas consideráveis e em danos à sua reputação, que poderão afetar adversamente a Companhia.

De modo geral, a Companhia está exposta ao risco de litígios judiciais com seus clientes se for alegado que a Companhia violou o regulamento ou contratos de gestão dos Fundos, por ter agido de forma dolosa ou com culpa grave ainda que de maneira infundada. Os investidores poderão acionar a Companhia para recuperar os valores perdidos pelos Fundos em razão de alegada má-conduta. Os litígios judiciais envolvendo o setor de serviços financeiros são cada vez mais frequentes, e qualquer litígio suscitado no futuro poderá afetar adversamente a Companhia. Investidores têm a sua própria percepção quanto às condutas, e a Companhia não tem controle sobre tal percepção. A título de exemplo, a Companhia, os Fundos e alguns dos funcionários da Companhia estão expostos ao risco de litígio relativos às atividades de investimento nos Fundos e às medidas tomadas pelos diretores e membros dos conselhos de administração das companhias pertencentes ao portfólio dos Fundos geridos pela Companhia (na medida em que a Companhia tiver indicado tais pessoas), como o risco de ações movidas por outros acionistas das companhias de capital aberto em que os Fundos têm investimentos significativos. Em tais litígios, a Companhia seria obrigada a suportar as despesas judiciais, as despesas de acordo e outras, o que poderia superar o valor da cobertura de seguro disponível. Se a Companhia for obrigada a arcar total ou parcialmente com as despesas de ações judiciais ou de investigações em decorrência de insuficiência de seguro ou do insucesso em obter indenização dos Fundos, a Companhia poderá ser afetada adversamente. A existência de qualquer litígio, mesmo que defendido com sucesso, pode prejudicar os negócios e impedir a entrada de novos investidores ou resultar em resgates significativos nos Fundos.

III. Uma flutuação nos mercados de ações poderá resultar em redução do valor dos ativos geridos pela Companhia.

Flutuações nos mercados de ações, e particularmente nas ações negociadas na BM&FBOVESPA, poderão resultar em redução dos preços das ações e do valor dos ativos que se encontram sob gestão da Companhia. Essas reduções ou volatilidade do valor dos ativos poderão, se ocorrerem, afetar adversamente a Companhia, inclusive pela redução dos honorários relacionados a taxas de gestão e taxas de performance, as quais se baseiam, respectivamente, nos ativos líquidos e no desempenho dos Fundos, de modo que uma queda do valor dos ativos sob gestão da Companhia e/ou uma redução, por qualquer motivo, dos honorários devidos poderão afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

IV. Os Fundos investem principalmente em ações de companhias brasileiras, o que poderá envolver incertezas e riscos cambiais, políticos, sociais e econômicos.

Os Fundos atualmente investem a maior parte dos seus ativos em ações de companhias brasileiras. Além das incertezas comerciais, esses investimentos poderão ser afetados por mudanças cambiais, bem como por incertezas políticas, sociais ou econômicas que afetarem um país ou região. O mercado financeiro brasileiro pode apresentar liquidez e alta volatilidade dos preços.

V. Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral.

Por sua própria natureza, os negócios da Companhia não produzem resultados financeiros previsíveis. Embora a Companhia tenha obtido um crescimento dos seus ativos sob gestão nos últimos anos, refletindo uma conjuntura comercial e de investimentos favoráveis e um aumento da atividade dos mercados de capitais, uma mudança adversa dessas condições de mercado poderá afetar adversamente a Companhia e, portanto, suas Ações.

Os negócios da Companhia são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral e essas condições podem mudar de forma repentina e radical. A Companhia e, portanto, suas Ações, já foram afetadas adversamente, e poderão ser afetadas adversamente no futuro, por condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas, as quais podem ser causadas pela eclosão de conflitos armados ou outros fatores de instabilidade geopolítica, pela queda da confiança dos empresários, pelo aumento da inflação, por escândalos empresariais, políticos ou outros escândalos que reduzam a confiança dos investidores nos mercados de capitais, por desastres naturais ou pandemias ou por uma combinação desses ou de outros fatores.

VI. Os Fundos poderão ser afetados adversamente, por diversos fatores, incluindo condições adversas de mercado, dentre elas, a redução do valor ou do desempenho dos investimentos feitos por esses Fundos e a redução da capacidade dos Fundos de captar ou alocar recursos, o que poderá reduzir consideravelmente as receitas e resultados operacionais da Companhia.

Se as condições econômicas globais forem desfavoráveis, os Fundos poderão não apresentar bom desempenho e a Companhia poderá não ser capaz de captar recursos para os Fundos existentes ou futuros. Os Fundos são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros do Brasil e do mundo e pelas condições da economia brasileira e global.

Além disso, os Fundos estão sujeitos também aos riscos associados aos mercados emergentes. Os mercados e as circunstâncias econômicas do Brasil e/ou do mundo poderão se deteriorar em razão de vários fatores alheios ao controle da Companhia, como alta das taxas de juros ou de inflação, terrorismo ou incertezas políticas. Além disso, condições de mercado ou econômicas adversas, bem como uma retração nas atividades do setor específico em que operam as sociedades investidas desses Fundos, poderão ter um efeito negativo sobre os lucros de tais sociedades. A Companhia também poderá enfrentar uma redução das oportunidades de vender os investimentos de *private equity* dos Fundos e de obter o respectivo valor, além de falta de oportunidades adequadas de investimentos para os Fundos, o que poderá ter um efeito negativo sobre os lucros da Companhia. Uma retração geral do mercado ou deslocamento de um mercado específico poderá provocar queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia causando: uma redução dos ativos líquidos sob gestão, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de gestão; uma redução dos retornos dos investimentos, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de performance e ainda, poderá resultar em resgates pelos investidores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) Fatores de Risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua

I. Alterações na regulamentação do setor de gestão de recursos podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A CVM é responsável pela edição de novas normas, bem como pela fiscalização do setor de gestão de recursos no Brasil. O mercado de gestão de recursos é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing. A Companhia não tem como prever se futuras alterações na regulamentação pela CVM e/ou pela ANBIMA terão um efeito material adverso no seu negócio. Além disso, crises no mercado e o significativo aumento do capital alocado para estratégias alternativas de investimento durante os últimos anos resultaram em uma maior fiscalização governamental e auto-regulamentação do setor de gestão de investimentos, a qual não pode ser prevista pela Companhia.

Adicionalmente, as perturbações do mercado e do aumento significativo do capital alocado para estratégias de investimento alternativo durante os últimos anos têm levado a um aumento no controle governamental, bem como o controle de auto-regulação da indústria de fundos ao redor do mundo. Como exemplo, determinada legislação que propõe uma maior regulação da indústria de fundos em países como os Estados Unidos da América, Canadá e Europa, regiões, onde se localizam os principais investidores dos Fundos geridos pela Companhia. Qualquer regulamentação nesse sentido poderia ter um impacto material adverso sobre os Fundos e a Companhia.

II. Mudanças na legislação tributária brasileira poderão afetar adversamente o tratamento fiscal favorável dos Fundos.

Os Fundos estrangeiros podem deter, direta ou indiretamente, os investimentos em companhias abertas brasileiras por meio do mecanismo de investimento estrangeiro, estabelecido através da Resolução CMN 2.689. Os ganhos de capital, oriundos da venda desses investimentos por esses Fundos estrangeiros estão atualmente isentos de retenção de imposto de renda no Brasil, desde que as vendas ocorram na BM&FBOVESPA e que o beneficiário não esteja localizado em paraíso fiscal. A Companhia não pode garantir que essa isenção será mantida. Caso os Fundos estrangeiros tenham que pagar imposto de renda retido na fonte sobre a alienação de investimentos detidos pelos Fundos estrangeiros no Brasil a rentabilidade líquida de tais Fundos poderá ser afetada.

Além disso, o governo brasileiro pode aumentar as taxas existentes ou impor novos impostos aplicáveis aos Fundos.

III. Mudanças na regulação de Companhias Abertas e Mercado de Capitais.

No Brasil, as companhias estão sob regulação forte e permanente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que emite Instruções a serem seguidas e Determinações em casos de infração às Instruções. Alterações a estas podem ser feitas, causando efeitos adversos na Companhia, impossibilitando ou dificultando, por exemplo, que determinada atividade chave da Companhia seja executada.

Adicionalmente, por ser a Companhia uma companhia aberta com valores negociados na BM&FBovespa e listados no segmento de governança corporativa do “Novo Mercado”, a Companhia está vinculada e submetida

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Tal documento contém condutas a serem adotadas pela Companhia para garantir as melhores práticas de governança corporativa. Alterações nesta regulamentação podem afetar adversamente a Companhia.

IV. Mudanças na regulação de fundos de investimentos e carteiras de valores mobiliários.

No Brasil, os fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários são produtos oferecidos no mercado financeiro e altamente regulados pela CVM e também pela BM&FBovespa no caso dos clubes de investimento.

Por ser atividade principal da Companhia a gestão de Fundos, a Companhia fica suscetível a mudanças na regulação destes produtos, podendo gerar efeitos adversos na estratégia de investimento adotada pela Companhia no exercício de suas atividades de gestão.

Tais efeitos podem ocasionar uma diminuição na rentabilidade dos fundos fazendo com que a Companhia perca clientes que podem não mais enxergar os Fundos como bons veículos de investimentos, gerando assim uma diminuição no volume total sob gestão da Companhia e consequente diminuição nas receitas da mesma. Além disso, a possibilidade de diminuição da rentabilidade dos Fundos pode ocasionar uma diminuição da receita percebida pela Companhia a título de taxa de performance dos fundos.

i) Fatores de Risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia pode estar sujeita à regulação adicional nos países estrangeiros em que tem atuação, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e tal regulação poderá ter impacto relevante na Companhia, inclusive envolvendo custos para o devido cumprimento de referida regulação ou restrições às atividades desenvolvidas pela Companhia.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos na seção 4.1., sujeito às ressalvas ali mencionadas, em especial sobre o aumento dos riscos nas hipóteses de queda do valor dos investimentos dos Fundos e das receitas auferidas pela Companhia relacionados com a administração e a gestão dos Fundos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Estamos sujeitos a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Processos de natureza cível:

Não existem processos cíveis de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

Processos de natureza trabalhista:

Não existem processos trabalhistas de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

Processos de natureza tributária e fiscal:

Atualmente a Companhia figura no pólo passivo dos seguintes procedimentos administrativos:

Processo Administrativo nº 16327.720281/2014-81	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.692.687,95
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre plano de opções de compra de ações da Companhia. A fiscalização considerou que o plano teria natureza parcialmente remuneratória, ensejando a incidência de contribuições previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Administrativo nº 16327.720283/2014-71	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.724.856,41
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a supostos débitos de contribuições previdenciárias relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

Processo Administrativo nº 16327.720284/2014-15	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.845.131,62
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a multa regulamentar
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Administrativo nº 16327.720285/2014-60	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.061.072,88
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a supostos débitos de IRPJ relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou, até onde é do conhecimento da Companhia, dos acionistas da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estivessem sob sigilo e que em conjunto fossem relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas subsidiárias não estão envolvidas em outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Item não aplicável.

A Emissora é uma companhia brasileira e não tem valores mobiliários negociados em outros países que não seja o Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

I. As condições políticas e econômicas brasileiras poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou regulamentação brasileiras, sejam elas implementadas a nível federal, estadual ou municipal, envolvendo tarifas públicas e controle cambial, bem como outros fatores como inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados financeiros e de valores mobiliários brasileiros, política fiscal e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

A economia brasileira é caracterizada por frequentes e ocasionais intervenções extensivas do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente altera as políticas monetárias, fiscais, de crédito, tarifárias e outras políticas para controlar o curso da economia do país. Por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, frequentemente implicam no controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, imposição de controles cambiais e limitação às importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá ser adversamente afetada pelos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) inflação;
- (ii) variações na taxa de câmbio;
- (iii) controles cambiais (inclusive restrições sobre a remessa de dividendos);
- (iv) taxas de juros;
- (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (vi) expansão ou contração da economia brasileira;
- (vii) instabilidade dos preços;
- (viii) níveis de renda e emprego;
- (ix) políticas fiscais;
- (x) instabilidade social e política; e
- (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou o afetem.

A incerteza sobre a implementação pelo Governo Federal de alterações relevantes e eficazes nas políticas ou regulamentações em relação a esses ou outros fatores no futuro, e os acontecimentos resultantes de crises políticas poderão contribuir para a incerteza em relação à economia brasileira e a alta volatilidade do mercado brasileiro de ações e das ações emitidas pelas companhias brasileiras no exterior. Essas incertezas, alterações e crises políticas poderão afetar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de gerar caixa.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

II. A instabilidade cambial pode afetar adversamente a Companhia.

Periodicamente, é percebido no Brasil flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

A desvalorização do real em relação ao dólar, por exemplo, pode resultar em menor acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar intervenção do governo, inclusive políticas governamentais recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar, por exemplo, pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e da balança de pagamentos. Qualquer item acima poderia afetar adversamente a Companhia.

III. Aumentos nas taxas de juros podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

As altas taxas de juros tiveram no passado efeitos negativos sobre a economia brasileira e podem afetar os negócios da Companhia. Apesar da recente queda nas taxas de juros, a taxa básica de juros do Brasil, conforme determinada pelo Banco Central, foi mantida a níveis constantemente elevados nos últimos anos. Os aumentos das taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

IV. A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

O Brasil vivenciou altas taxas de inflação no passado. Certas medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação frequentemente incluíram a manutenção de uma rígida política monetária com altas taxas de juros, o que por sua vez restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, e contribuíram de maneira significativa para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil apresente altos índices de inflação no futuro, os custos e despesas da Companhia poderão aumentar, o que poderá reduzir as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Pressões inflacionárias também podem levar a uma maior intervenção do governo brasileiro na economia, inclusive a adoção de políticas que afetam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, e conseqüentemente, os negócios da Companhia.

V. Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países podem ter um impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive as Ações.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Embora as condições econômicas possam diferir em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar à volatilidade dos mercados de capitais de outros países. A economia brasileira é também afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente os acontecimentos nos Estados Unidos, tais como a atual volatilidade nos mercados financeiros e de capitais e a crise financeira. Os preços das ações negociadas na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Esses fatores podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado das Ações e

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

poderá dificultar o acesso ao mercado de valores mobiliários e ao financiamento de suas atividades no futuro, em termos aceitáveis, ou podem impedir que a Companhia receba algum tipo de financiamento.

Além disso, com a variação no valor das ações, os Fundos geridos pela Companhia podem apresentar desempenho abaixo do esperado por alguns investidores, ou até mesmo negativo, ocasionando eventuais pedidos de resgates, diminuindo o montante total de recursos sob gestão da Companhia, e conseqüentemente sua receita. Ainda, com esse desempenho aquém do esperado, a receita proveniente da cobrança de taxa de performance poderá ser reduzida.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia acredita que não há riscos específicos a serem protegidos, devendo a empresa tomar todas as providências necessárias, com a diligência esperada de uma companhia de seu porte, para prevenir os riscos apontados anteriormente neste Formulário de Referência.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não tem uma estratégia definida para proteção patrimonial por entender que não há riscos suficientes a serem protegidos por este tipo de estratégia.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. Considerando que a Companhia não utiliza qualquer estratégia de proteção patrimonial, não há instrumentos a serem utilizados.

d. Parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza controles e procedimentos internos para prevenir, na medida do possível, os riscos apontados anteriormente neste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia possui um Comitê de Auditoria e *Compliance* para exercer, nos termos do Estatuto Social da Companhia e de acordo com a Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável. A Companhia acredita que não há riscos específicos a serem protegidos, devendo a empresa tomar todas as providências necessárias, com a diligência esperada de uma companhia de seu porte, para prevenir os riscos apontados anteriormente neste Formulário de Referência.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e *Compliance* para exercer, nos termos do Estatuto Social da Companhia e de acordo com a Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* anteriormente citado é o órgão que faz a verificação de eventuais falhas nos controles da Companhia, fazendo sugestões de mudanças operacionais para aperfeiçoamento dos controles. Além disso, a Companhia conta com equipes dedicadas exclusivamente para estes tipos de controles operacionais e de *compliance*, conforme item 14 deste Formulário de Referência.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado anteriormente apresentados neste formulário de referência.

Em relação ao controle de riscos, a última alteração aconteceu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 9 de março de 2012, quando aprovou-se a adequação do Comitê de Auditoria da Companhia às modificações ocorridas na Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, qualificando o referido comitê como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

5.4 - Outras informações relevantes

Apesar da aprovação de celebração de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*swap*) pelo Conselho de Administração da Companhia, tais operações não configuram estratégia ou instrumento de proteção patrimonial.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/07/2002
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em dezembro de 2003.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/05/2009

6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade de participações (holding), que realiza suas operações de gestão de fundos e carteira de investimento e assessoramento financeiro por meio de suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) possuía aproximadamente R\$ 8,9 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de serviços relacionados à gestão de Fundos, a Companhia é remunerada por honorários de serviços referentes a taxas de gestão, com base no volume financeiro dos Fundos, e honorários relacionados com taxas de performance, em função da rentabilidade dos Fundos.

A Companhia oferece flexibilidade de investimento que combina investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil. Há ainda a possibilidade de realizar investimentos em outros países como Estados Unidos da América, Europa e países da América Latina. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades, o que (a) permite à Companhia dedicar tempo e recursos significativos na análise e acompanhamento das sociedades do portfólio, e (b) aumenta a capacidade de interação com os acionistas controladores e administradores e participação, se necessário, na governança das sociedades visando à proteção do investimento da Companhia, de acordo com a legislação aplicável;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Em junho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Em 28 de março de 2012, a Companhia adquiriu ações da Tarpon All Equities (Cayman) Ltd. Por fim, em 25 de abril de 2012 a companhia constituiu a Tarpon Gestora de Recursos S.A (“Tarpon Gestora”), cujo propósito é atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a reorganização societária interna pela qual as atividades de administração de recursos de terceiros da Companhia passaram a ser exercidas pela Tarpon Gestora e a Companhia passou a atuar exclusivamente como uma sociedade de participações (*holding*). O objetivo de tal reorganização foi concentrar as atividades de administração de recursos de terceiros em uma única entidade, conciliando as exigências regulatórias das diversas jurisdições em que operam a Companhia e suas subsidiárias, incluindo a TISA NY Inc., subsidiária integral da Companhia nos Estados Unidos da América.

A reorganização foi efetivada por meio da transferência para a Tarpon Gestora de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2012, a Tarpon Gestora obteve da CVM autorização para o exercício da atividade de administração de carteira

6.3 - Breve histórico

de valores mobiliários, sendo que iniciou a prestação de serviços de gestão dos Fundos a partir de 1º de setembro de 2012.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Para fins deste item, o termo Companhia significará a própria Emissora, Tarpon Investimentos S.A.

Constituição da TISA NY Inc. (julho/2011)

a. Evento

Constituição de subsidiária integral da Companhia em Nova Iorque-NY, EUA, denominada TISA NY Inc., com a finalidade de expandir o relacionamento com clientes estrangeiros da Companhia e prestação de serviços de assessoria financeira.

b. Principais Condições do Negócio

Tal evento foi efetivado mediante constituição da empresa, nos termos da legislação americana aplicável à jurisdição de Nova Iorque, com aporte de capital da Companhia no valor de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares americanos) em julho de 2011.

c. Sociedades Envolvidas

Tarpon Investimentos S.A. e TISA NY Inc.

d. Efeitos resultantes no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionista com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

Aquisição do *General Partner* (março/2012)

a. Evento

Aquisição de ações da Tarpon All Equities (Cayman), Ltd, empresa constituída nas Ilhas Cayman, (“TAE Cayman”) que exerce a atividade de *General Partner* ou *Managing Member* (Sócio-Gestor), dos fundos estrangeiros sob gestão da Companhia.

b. Principais condições do negócio

Aquisição das ações do TAE Cayman de titularidade da TIG Holding NY, ocorrida em 28 de março de 2012, no valor de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares americanos). O TAE Cayman exerce a atividade de sócio gerente dos fundos estrangeiros. Tal operação não teve qualquer impacto para os referidos fundos e resultados da Companhia.

c. Sociedade envolvidas

Tarpon Investimentos S.A., TIG Holding NY, Tarpon All Equities Cayman) Ltd.

d. Efeitos resultantes no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionista com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Reorganização Societária (setembro/2012)

a. Evento

Reorganização societária interna, por meio da qual as atividades de administração de recursos de terceiros da Companhia passaram a ser exercidas por meio de uma nova subsidiária integral denominada Tarpon Gestora de Recursos S.A..

b. Principais Condições do Negócio

A reorganização foi efetivada mediante transferência para a Tarpon Gestora de Recursos S.A. de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros (“Transferência”). Com a consumação da Transferência, (i) a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (holding).

c. Sociedades Envolvidas

Tarpon Investimentos S.A. e Tarpon Gestora de Recursos S.A.

d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Fundada em 2002, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) é uma gestora de recursos próprios e de terceiros, brasileira, independente, dedicada a investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) com objetivo de viabilizar, no longo prazo, retornos absolutos superiores à média de mercado. Desde 31 de agosto de 2012, a atividade de gestão de recursos da Companhia passou a ser desempenhada pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“TGR”). A partir deste evento, a Emissora passou a ser uma empresa de participações (holding), realizando suas atividades operacionais por meio de suas subsidiárias.

A Companhia tem como estratégia perseguir oportunidades de investimento normalmente não acompanhadas pelo mercado, cujos preços a Companhia acredita que estejam abaixo de seu valor intrínseco e com potencial significativo de valorização no longo prazo.

A Companhia busca ter um papel ativo em cada uma das companhias investidas, buscando compartilhar conhecimento em áreas como alocação de capital, estratégia empresarial, governança corporativa, entre outras.

O objetivo da Companhia é gerar resultados absolutos descorrelacionados (*alpha*) acima da média de mercado no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía aproximadamente R\$8,9 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de seu serviço de gestão de recursos, a Companhia recebe honorários relacionados a taxas de gestão com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados a taxas de performance em função da rentabilidade dos Fundos.

Os Fundos sob gestão da Companhia realizam investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil, havendo a possibilidade de realizar investimentos em outros países, como EUA, Europa e países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Além da TGR, a Companhia tem como subsidiárias integrais a TISA NY Inc. (“TISA NY”) e o Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. (“TAE Cayman”).

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A TISA NY foi criada em julho de 2011 e tem sede na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, tendo como propósito a prestação de serviços de assessoria financeira e estreitamento dos relacionamentos com investidores estrangeiros.

O TAE Cayman, empresa sediada em Cayman, tornou-se uma subsidiária integral da Companhia em março de 2012 e atua como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia conduz a atividade de investimentos por meio de duas principais estratégias:

Fundos de Portfólio (investimento em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de investimento em fundos de portfólio compreende os fundos que investem em companhias abertas cujas ações são listadas e negociadas em bolsa bem como empresas não listadas.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$8,2 bilhões

Em 31 de dezembro de 2012, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$7,7 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$5,6 bilhões.

Estratégia e Co-Investimento (investimentos em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de co-investimento compreende os vínculos que têm por objetivo investir em oportunidades específicas em conjunto com os demais fundos de portfólio sob gestão da Companhia, tanto nas estratégias de bolsa quanto nas de *private-equity*.

Nessa estratégia, a Companhia busca investidores para oportunidades de co-investimento em empresas onde os fundos de portfólio já têm a exposição que consideramos ideal. Esta estratégia de fundos de investimentos permite à Companhia aumentar a exposição dos Fundos a determinadas empresas.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 0,6 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 0,6 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 1,3 bilhões.

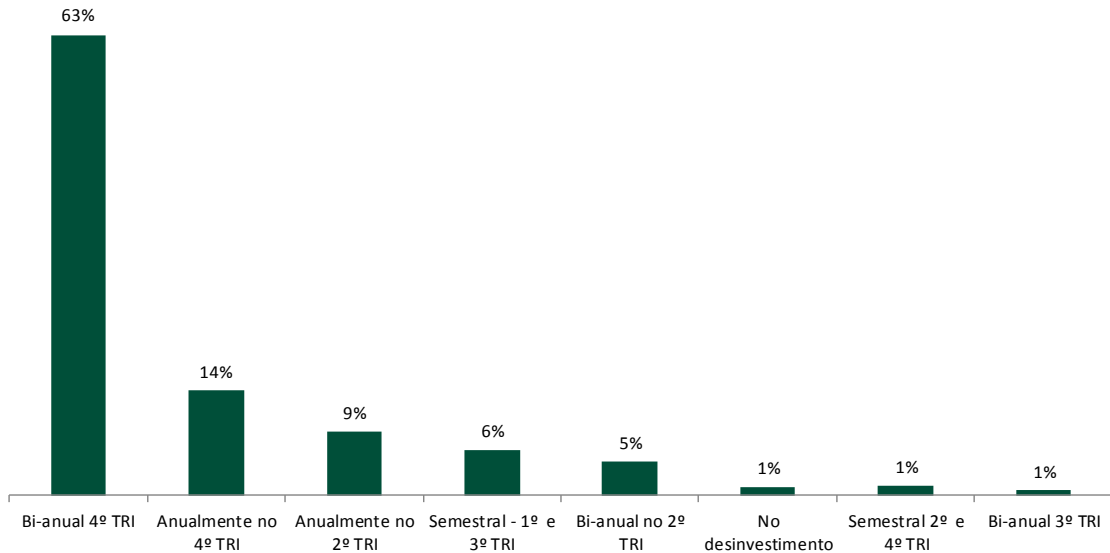
b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As receitas operacionais são compostas por remuneração pelos serviços prestados aos Fundos, referentes a taxas de administração – fluxo de receitas recorrente, calculado com base no montante do patrimônio líquido dos Fundos – e a taxas de performance – fluxo de receitas de maior volatilidade, calculado com base na performance auferida pelos Fundos.

As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Desse modo, os ativos sob gestão da Companhia passam a ser assim distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:



Participação dos honorários relacionados taxas de administração e performance na receita líquida	2011	2012	2013
Receita com honorários relacionados a taxas de administração	25%	79%	59%
Receita com honorários relacionados a taxas de <i>performance</i>	75%	21%	41%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão dos Fundos e Carteiras Administradas) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

Por ser a principal atividade da Companhia a gestão de recursos próprios e de terceiros por meio de Fundos, a único processo de produção a ser divulgado pela Companhia é a sua forma de analisar e realizar investimentos com seus ativos sob gestão.

O processo a seguir descrito é utilizado tanto para os investimentos feitos em companhias abertas como em companhias fechadas (*private equity*).

O processo de investimento é liderado pela equipe interna da Companhia, frequentemente em conjunto com assessores em questões legais, contábeis e outros assessores externos que forem necessários. O processo, em geral, é composto de quatro principais fases: análise de oportunidades, tese de investimento, aprovação do investimento e monitoramento.

Fase Um – Análise de Oportunidades. Na fase inicial do seu processo de investimento, em geral, a Companhia realiza avaliação de cada oportunidade de investimento, que é focada no valor intrínseco de cada ativo. Após uma empresa ser selecionada, uma análise econômico-financeira preliminar é conduzida.

Fase Dois – Tese de Investimento. A segunda etapa do processo de investimento da Companhia é a preparação de uma tese de investimento. Nessa fase, em geral, a Companhia realiza uma ampla revisão de seu mercado e setor, uma análise de suas vantagens competitivas, uma avaliação de sua atual administração juntamente com potenciais fontes de nova liderança, uma revisão das demonstrações financeiras, uma revisão técnica das atividades da empresa, quando apropriado. Para os investimentos de *private equity* dos Fundos, a Companhia também realiza auditoria.

Fase Três – Aprovação do Investimento. A etapa final do processo de investimento da Companhia é a aprovação do investimento, onde a equipe que elaborou a tese de investimento a apresenta para o seu comitê de investimento. Toda a equipe de gestão da Companhia participa da apresentação e do debate que o analista promove quando os novos investimentos são propostos.

Fase Quatro – Monitoramento. Uma vez realizado o investimento a Companhia passa a acompanhar os investimentos.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia busca atrair e reter uma base sofisticada de investidores, alinhados com sua filosofia de investimentos e com perfil de investimento de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, a base de investidores institucionais, como fundos de universidades (*endowments*), fundações, fundos de pensão e fundos soberanos, correspondia a 75% do nosso AuM. O capital investido de por executivos e empregados da Companhia representava 10% do nosso AuM.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c) Características do mercado de atuação

(i) Participação no mercado de atuação

O setor de gestão de recursos no Brasil é altamente pulverizado. A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos.

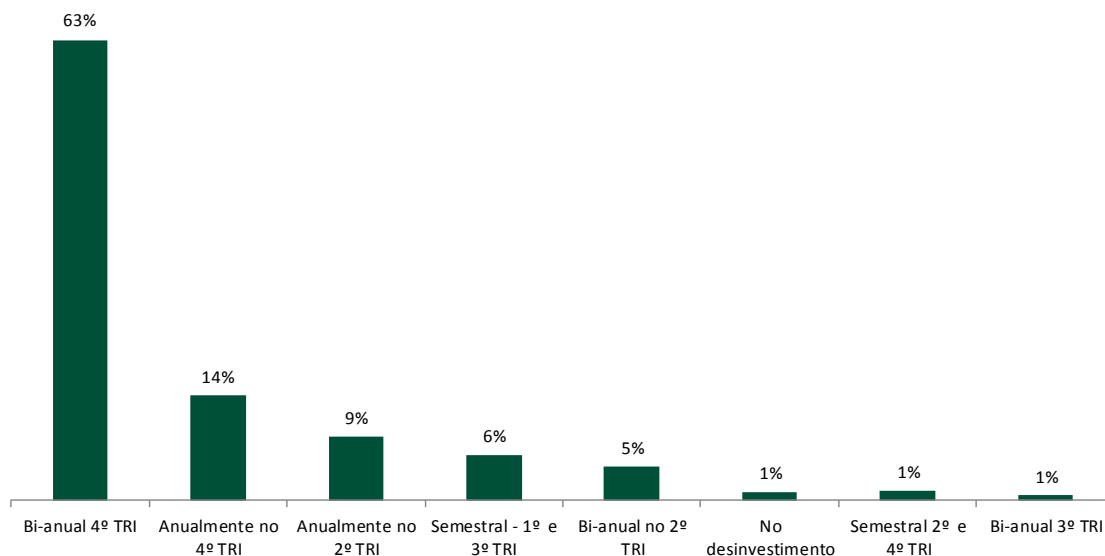
(ii) Competição no mercado de gestão de recursos

A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos que, em alguns casos, têm valores muito maiores de ativos sob gestão ou oferecem uma variedade mais diversificada de produtos financeiros. Em alguns casos, a Companhia espera buscar oportunidades de investimento em cooperação com um ou mais de seus concorrentes.

d) Sazonalidade

As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal ou trimestral, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

Com base em 31 de março de 2014, os ativos sob gestão da Companhia são distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:



e) Principais insumos e matérias primas

Não aplicável. A atividade de gestão de recursos feita pela Companhia não necessita de insumos e matérias primas específicas.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

No exercício social de 2013, a Companhia contou com dois clientes responsáveis por montante superior a 10% de sua receita no respectivo exercício.

Um deles pagou à Companhia R\$35.570.816,55, equivalente a 34% da receita líquida da Companhia; e outro pagou R\$11.172.290,00, equivalente a 11% da receita líquida da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorização governamental para o exercício das atividades da Companhia e relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A Companhia é registrada perante a CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras.

O mercado de gestão de recursos também é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, esta não apresenta política ambiental, tampouco incorreu em custos relacionados ao cumprimento da regulação ambiental.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia depositou perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro das marcas “Tarpon Investimentos”, “TISA”, “Tarpon All Equities” “Tarpon Capital”, “Tarpon Asset Management” e “Tarpon Internet”. A Companhia também solicitou o registro de certos domínios, tais como “tarponinvestimentos.com.br”, “tarponinvest.com.br”, “tisa.com.br”, “tarponinvestimentos.com”, dentre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuída ao país de sede da Companhia e sua participação na receita líquida

Em 2011, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$241.457.000,00, representando 99,7% da receita líquida da Companhia.

Em 2012, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 78.509.640,00, representando 81,0% da receita líquida da Companhia.

Em 2013, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 110.698.153,08, representando 85,4% da receita líquida da Companhia.

b) Receita proveniente dos clientes atribuída a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida

Em 2011, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$742.000,00, representando 0,3% da receita líquida da Companhia.

Em 2012, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$21.640.096,00, representando 22,3% da receita líquida da Companhia.

Em 2013, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$ 22.102.032,91 representando 17,1% da receita líquida da Companhia.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida

Em 2011, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$217.813.000,00, representando 90% da receita líquida da Companhia.

Em 2012, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$81.701.163,00, representando 84,3% da receita líquida da Companhia.

Em 2013, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$104.916.294,00, representando 81,0% da receita líquida da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia reporta à *Securities and Exchange Commission* (SEC), agência regulatória do mercado de valores mobiliários norte americano, como *exempt reporting advisor*. Tal regulação não gera efeitos relevantes sobre os negócios da Companhia.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia não contém relações de longo prazo relevantes além das descritas em outras partes deste Formulário de Referência.

A Companhia não publica o Relatório de Sustentabilidade em razão de entender que as práticas adotadas pela Companhia nesse sentido não podem ser caracterizadas como relações de longo prazo relevantes.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 7 deste Formulário de Referência.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Para fins deste item do formulário de referência, os termos Companhia e Emissora serão utilizados para se referir à própria emissora, Tarpon Investimentos S.A.

a) Controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada pela Silver King Participações Ltda. (“Silver King”), sociedade holding constituída especificamente para participar no capital social da Companhia. Os cotistas da Silver King são José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade e Rodrigo Reghini Vieira, conforme participações descritas no item 15.1/15.2 do presente Formulário de Referência, sendo todos aderentes ao Acordo de Sócios da Silver King, datado de 10 de julho de 2009.

Para informações a respeito do Acordo de Sócios, ver o item 15.5 deste Formulário de Referência.

b) Controladas e coligadas

A Companhia detém três subsidiárias integrais, a saber:

1. TISA NY Inc., empresa com sede na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, criada com o propósito de prestação de serviços de assessoria financeira.
2. Tarpon All Equities (Cayman) Ltd., empresa com sede em Cayman, com atuação como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.
3. Tarpon Gestora de Recursos S.A., empresa brasileira que, desde 31 de agosto de 2012, exerce a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários, antes exercida pela Companhia.

c) Participação em sociedades do grupo

A Companhia tem 100% da participação em suas três subsidiárias integrais: TISA NY Inc.; Tarpon All Equities (Cayman) Ltd.; e Tarpon Gestora de Recursos S.A.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor;

Em 31 de dezembro de 2013, a Silver King tinha 47,49% da Companhia.

Não há participação de outras sociedades do grupo na Companhia.

e) Sociedades sob controle comum

Não há outras sociedades que possuam os mesmos controladores que a Companhia, além de suas controladas, que já estão descritas no item “b” deste item.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Item de apresentação facultativa.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	22/02/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Entrada de novos cotistas no Acionista Controlador
Descrição da operação	Em 22 de fevereiro de 2013, os Srs. José Alexandre Carneiro Borges; Miguel Gomes Ferreira; Antonio Augusto Torres de Bastos Filho; Philip Vincent Reade; e Rodrigo Reghini Vieira ingressaram como cotistas na Silver King Participações Ltda, conforme item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência.

Data da operação	31/08/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reorganização Societária
Descrição da operação	A reorganização foi efetivada mediante transferência para a Tarpon Gestora de Recursos S.A. de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros ("Transferência"). Com a consumação da Transferência, (i) a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (holding).

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionados a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionado a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrada em seu ativo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Gestão de fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	386,000000	0,000000	39.500.000,00	Valor contábil	31/12/2013	41.768.726,22		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Segregação operacional entre as atividades exercidas pela companhia								
TISA NY INC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	NY	Nova Iorque	Prestação de serviços de assessoria financeira.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	100,100000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	18.733.173,81		
31/12/2012	7,581118	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de atividades no exterior.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Os fundos de investimento sob nossa gestão investem em empresas listadas em bolsa e também em *private equity*.

A bolsa brasileira teve um dos piores desempenhos entre os principais mercados acionários mundiais em 2013. Enquanto os mercados desenvolvidos se beneficiaram de sinais de recuperação econômica, o mercado brasileiro foi pressionado em função do crescimento econômico baixo, da deterioração da situação fiscal e da pressão inflacionária. Além disso, o rebaixamento da perspectiva da nota brasileira pelas agências de classificação de risco, a derrocada da petroleira OGX e o impasse do reajuste da gasolina da Petrobras minaram a confiança dos investidores.

O Ibovespa, principal indicador do desempenho das ações na BM&F Bovespa, caiu 15,5%. Neste mesmo período, os índices norte-americanos S&P 500 e Dow Jones avançaram 29.6% e 26.5%, respectivamente, e o índice europeu Stoxx 600 avançou 17.37%.

No caso das empresas listadas na BM&F Bovespa, que representam a maior parte do portfólio dos fundos geridos pela Tarpon, observamos uma forte valorização anual em BRF (+18.41%) e Cremer (+23.52%), enquanto as ações de Marisa (-42.6%) e Cyrela (-17.17%) tiveram um desempenho fraco.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2013, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão de carteiras e fundos de investimentos (“Fundos Tarpon”).

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e

Nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Ativo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante: Em 31 de dezembro de 2013, o ativo não circulante totalizou R\$1,6 milhões, representando uma queda de 17% quando comparado com o ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,0 milhões, uma queda de 12,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,3 milhões, um aumento de 57,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, no qual a conta totalizava R\$ 1,4 milhão. Esse aumento é justificado, essencialmente, pela aquisição de ativos imobilizados e benfeitorias realizadas pela Companhia em sua subsidiária, TISA NY Inc, cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira.

Contas a receber: Em 31 de dezembro de 2013, o contas a receber da Companhia totalizou R\$38,4 milhões, um aumento de 144% quando comparado com o mesmo período de 2012. Tal aumento refere-se substancialmente ao desempenho positivo dos Fundos Tarpon, gerando honorários relativos à taxa de performance pagos pelos referidos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2012, o contas a receber totalizou R\$15,8 milhões, um aumento de 76,0% quando comparado com o mesmo período de 2011. Tal aumento refere-se substancialmente ao aumento de ativos sob gestão da Companhia e seu conseqüente aumento de honorários a receber advindos de taxa de administração e performance. Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber totalizou R\$ 9,0 milhões, uma queda de 57,9% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o contas a receber totalizou R\$ 21,3 milhões. Essa queda é resultado, primordialmente, do menor montante de receitas relacionadas à taxa de performance recolhidos nesse período.

Ativos financeiros a valor de mercado: Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$17,9 milhões, apresentando uma queda de 48% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é justificada pela utilização dos ativos financeiros para pagamento de passivos tributários da Companhia ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 34,4 milhões, uma queda de 59,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Essa queda é justificada principalmente pelo pagamento de impostos realizados no início do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 84,0 milhões, um incremento de 85,8% se comparado com o total de R\$45,2 milhões apresentado no mesmo período de 2010, principalmente pela necessidade de caixa para fazer frente a obrigações tributárias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2013, as disponibilidades totalizaram R\$17,6 milhões, um aumento de 431% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação se deve ao caixa acumulado no período e disponível na subsidiária TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades totalizaram R\$ 3,3 milhões, um crescimento de 592,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades totalizaram R\$479 mil, um aumento de 62,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 294 mil.

Outros ativos: Em 31 de dezembro de 2013, a conta de outros ativos totalizou R\$16,6 milhões, uma queda de 28% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada pela diminuição nos pagamentos antecipados de tributos federais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a conta de outros de ativos totalizou R\$ 23,2 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 25,1%, justificada pela queda nos pagamentos antecipados de tributos federais. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 30,9 milhões, um aumento substancial quando comparado com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 1,5 milhão, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentava nenhum saldo no passivo não circulante. Isso se deve ao fato da Companhia não mais possuir parcelas do arrendamento mercantil a pagar no prazo superior a um ano. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 15 mil, uma queda de 92,1% quando comparado com 2011, reflexo da amortização de parcelas de arrendamento financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 191 mil, uma queda de 49,9% em relação ao saldo de R\$ 381 mil apresentado em 2010, em decorrência da amortização de parcelas de arrendamentos financeiros.

Obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de obrigações tributárias era de R\$18,1 milhões, apresentando uma queda de 37% quando comparado com o período anterior. Tal diminuição é justificada substancialmente pela diminuição nos impostos federais devidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta era de R\$ 28,7 milhões, uma queda substancial em relação ao ano anterior, justificada pela diminuição da receita registrada no exercício e consequente queda nos impostos federais devidos sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 64,3 milhões, um aumento substancial em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

relação ao saldo de R\$ 6,4 milhões apresentado em 2010, aumento este justificado pelo aumento de impostos federais sobre o lucro líquido da Companhia.

Outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2013, a conta totalizou R\$ 2,1 milhões, uma queda de 91%, ocasionado pelo provisionamento dos dividendos em conta patrimonial conforme I CPC 08. Em 31 de dezembro de 2012, a conta totalizou R\$ 24,3 milhões, um aumento de 120,8% quando comparado com 2011, justificado pela maior provisão de dividendos do exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 11,2 milhões uma queda de 75,7% quando comparado com 31 de dezembro de 2010, em razão de uma menor provisão de dividendos no ano de 2011.

Capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia era de R\$6,6 milhões, um aumento de 6% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social¹ foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”). Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era de R\$ 6,2 milhões, um aumento de 1,6% quando comparado com 2011, justificado pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$ 6,1 milhões, um aumento de 46,3% quando comparado com o saldo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é justificada pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano.

Reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$6,4 milhões, um aumento expressivo quando comparado ao período anterior que era zero. Tal acumulação de reserva é derivada dos aumentos de capital social realizados ao longo do ano pela Companhia, conforme descrito no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de reserva de capital era zero, essa movimentação ocorreu pois a Companhia utilizou a reserva de capital para realizar o cancelamento das ações que possuía em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011, a conta de reserva de capital totalizou R\$ 26,5 milhões, um aumento significativo quando comparado com a reserva de capital de R\$2,1 milhões apresentada em 2010. Esse aumento significativo foi resultado dos aumentos de capital realizados pela Companhia durante o ano de 2011, no âmbito do Plano.

¹ Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 28 de janeiro de 2013; 29 de abril de 2013; 29 de julho de 2013; e 4 de novembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucros acumulados. A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

Participação minoritária. Nos últimos três exercício sociais (2013, 2012 e 2011), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Receitas. Em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$129,6 milhões, um aumento de 34% comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao desempenho positivo dos fundos e consequentes receitas relacionadas à taxa de performance recebida pela Companhia em razão dos serviços prestados aos Fundos Tarpon. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 96,9 milhões, uma queda de 60% comparada ao exercício social anterior, principalmente em razão da forte diminuição das receitas relacionadas à taxa de performance. Em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 241,5 milhões, um incremento de 17,31% quando comparada à receita de R\$205,8 milhões registrada no exercício de 2010, em decorrência do aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e do maior recolhimento de honorários relacionados a serviços de gestão neste período.

Despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de pessoal totalizaram R\$23,5 milhões. Um aumento de 29% comparado com o exercício anterior, principalmente devido ao pagamento de remuneração variável superior ao do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 18,3 milhões. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, identificamos uma queda de 67,2%, justificada principalmente pelo pagamento de remuneração variável inferior ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 55,6 milhões, um aumento de 63,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, esse aumento ocorreu devido ao aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável.

Despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$10,7 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma queda de 26%, justificada pela redução das despesas de sistemas de gestão e consultorias técnicas. Em 31 de dezembro de 2012, as despesas administrativas totalizaram R\$ 14,5 milhões. Quando comparado com o mesmo período do

10.2 - Resultado operacional e financeiro

ano anterior, verificamos uma queda de 3,6%, justificada pela redução nas contratações de prestadores de serviços especializados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado com o exercício de 2010, as despesas administrativas aumentaram 147,3%, totalizando R\$ 15,1 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos investimentos em infraestrutura e sistemas de gestão para a Companhia, bem como a contratação de prestadores de serviços especializados.

Outras despesas/receitas. Em 31 de dezembro de 2013, o grupo Outras despesas/receitas registrou um saldo negativo de R\$900 mil, inferior ao saldo registrado no ano anterior, justificado pela diminuição nas despesas com impostos da subsidiária integral TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2012, a conta registrou um saldo negativo de R\$ 1,4 milhão, inferior ao saldo da conta no mesmo período do ano passado, quando totalizava um saldo positivo de R\$135,0 mil. Esta diminuição é decorrência, principalmente, de um aumento nas despesas com impostos municipais da subsidiária integral TISA NY Inc. No exercício de 2011, a conta de outras despesas/receitas totalizou R\$ 135,0 mil, uma diminuição de 110,3% quando comparadas ao montante de R\$1,3 milhão negativo apresentado em 2010.

Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos. Em 31 de dezembro de 2013, os lucros financeiros líquidos totalizaram R\$1,0 milhão. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se uma queda de 83%, justificado pela diminuição do montante de aplicações ao longo do exercício de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$ 6,0 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 41,5%, justificada pela diminuição do capital aplicado ao longo do exercício. Os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$10,2 milhões no exercício de 2011.

Resultado das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2013, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$90,2 milhões, apresentando um aumento de 45% comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do desempenho positivo dos Fundos Tarpon e consequentes receitas relacionadas às taxas de performance auferidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o resultado das atividades operacionais sofreu uma queda de 64,4% quando comparado com o ano anterior, justificada principalmente pela diminuição de coleta de taxas de performance dos Fundos Tarpon. O resultado das atividades operacionais sofreu um incremento de 5,3% na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, passando de R\$ 166,0 milhões em 2010 para R\$ 174,7 em 2011.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas de impostos sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2013, R\$18,1 milhões, uma queda de 11%, dada em razão da redução das alíquotas aplicáveis no consolidado. Em 31 de dezembro de 2012, em função da queda na receita de 2012, os impostos incidentes sobre o lucro líquido diminuíram 67% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 21,4 milhões. Em 2011, em razão da maior carga tributária sobre as atividades da Companhia, as despesas de impostos sobre o lucro passaram de R\$ 27,0 milhões em 2010 para R\$ 65,2 milhões em 2011.

Lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$74 milhões, um aumento de 82% quando comparado com o ano anterior. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 40,7 milhões, apresentando uma queda de 62,8% quando comparado com o ano anterior. Em 2011, o lucro da Companhia totalizou R\$ 109,5 milhões, uma diminuição de 21,2% quando comparado com o lucro líquido de 139,0 milhões obtido em 2010.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Volume de ativos sob gestão. Nos últimos três exercícios sociais (2013, 2012 e 2011), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente às variações dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos Fundos Tarpon, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

Câmbio. A maioria dos ativos sob gestão dos Fundos Tarpon está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão e o desempenho são determinados em dólares com base na taxa de câmbio entre o dólar e o real em certas datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação relevante pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis;

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e

Durante os três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), as demonstrações contábeis individuais da Tarpon Investimentos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante os três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), não houve diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram e são apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nas demonstrações financeiras referente aos três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), os auditores fizeram a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tarpon Investimentos S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).

As demonstrações financeiras individuais da Tarpon Investimentos S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a. Receitas

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos Fundos Tarpon supera um determinado parâmetro

10.5 - Políticas contábeis críticas

ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados por aplicações da Companhia em certificados de depósito bancário e em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor do CDB e da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos são contabilizadas pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro e depósitos à vista empregados na administração do capital de giro da Companhia.

b. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

c. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são demonstrados pelo custo e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais.

d. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

e. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida caso, em razão de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

g. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

10.5 - Políticas contábeis críticas

h. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício corrente, a Tarpon Investimentos S.A. utiliza como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Os valores recolhidos a título de antecipação de imposto de renda e contribuição social estão sendo contabilizados no ativo como impostos a recuperar (vide nota 18 b).

Cabe destacar que a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme facultado pela Lei no. 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei no. 11.638/07 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto de convergência para as IFRS.

Para as empresas com regime de tributação lucro real, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros, deduzidas as despesas creditáveis.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos brasileiros e gestão de fundos e carteiras estrangeiros, é de 2%.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes do imposto a compensar sobre lucros auferidos no exterior, foram constituídos considerando a expectativa de provável realização.

i. Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

j. Recebíveis

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

k. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

l. Resultado abrangente

Resultante do lucro líquido dos exercícios correntes, da variação cambial resultante da consolidação das subsidiárias no exterior e ajuste de avaliação patrimonial.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las; e

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia pretende continuar a acompanhar novas tecnologias e buscará continuamente o aprimoramento de seus controles.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os últimos relatórios de recomendações acerca de controles internos, preparados pelos auditores independentes da Companhia, não apresentaram pontos relevantes relacionados à preparação e assertividade das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013).

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois não houve distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e

Nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação; e

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No curso normal de suas atividades, a Companhia celebra contratos de prestação de serviços de gestão relativos a fundos e carteiras de recursos de terceiros. Os custos de constituição de tais fundos e carteiras são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento são regulados pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável.

Compete ao **Conselho de Administração**, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (iv) fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (v) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembleia Geral;
- (vii) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (viii) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social;
- (ix) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (x) deliberar acerca da convocação da Assembleia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente;
- (xi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral;
- (xiii) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade para a Companhia e suas subsidiárias em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (xiv) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia e suas subsidiárias;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xv) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia ou suas subsidiárias que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xvi) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia ou suas subsidiárias em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;

(xvii) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;

(xviii) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão pela Companhias e suas subsidiárias de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

(xix) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;

(xx) estabelecer o valor da participação nos lucros dos Administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;

(xxi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;

(xxii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xxiii) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, nos termos do Capítulo X, Seção I e Seção II deste Estatuto Social.

(xxiv) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xxv) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;

(xxvi) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xxvii) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xxviii) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;

(xxix) deliberar pela contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de novos Administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxx) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, Administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxi) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxii) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e

(xxxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

A **diretoria** é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Compete à diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

(i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (iv) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (v) abrir e movimentar contas bancárias;
- (vi) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (vii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito;
- (viii) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ix) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (x) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (xi) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

A Companhia conta ainda com dois comitês de assessoramento:

O **Comitê de Auditoria e Compliance** exerce funções consultivas, em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*, o comitê observa todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Instrução CVM n.º 509, de 16 de novembro de 2011, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

O **Comitê de Remuneração e Participação** exerce as funções de (i) auxiliar o Conselho de Administração a estabelecer os planos, políticas e programas de remuneração destinados aos Administradores e empregados da Companhia; e (ii) aprovar a remuneração e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para Administradores e empregados da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, sendo que suas recomendações têm caráter não vinculante.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

O Conselho Fiscal da Companhia não é permanente e, até a presente data, não foi instalado.

Tanto o Comitê de Auditoria e *Compliance*, quanto o Comitê de Remuneração foram criados em 4 de maio de 2009.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho de Administração e os Comitês de assessoramento não tem um mecanismo de avaliação de desempenho.

Os membros da Diretoria, no entanto, passam anualmente por um processo de avaliação quantitativa e qualitativa, com o intuito de aferir o desempenho de cada um de seus membros.

d) Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria

Além de outras competências que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete (i) ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da diretoria, orientar e coordenar a atuação da diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente, não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazo de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com 15 dias de antecedência, no mínimo, em primeira convocação e, se necessário, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto Social, competirá privativamente à assembleia geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) reformar o Estatuto Social;
- (iii) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (v) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (vi) eleger e destituir os membros do conselho fiscal, se instalado;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do conselho fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (ix) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (x) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (xi) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (xiii) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X do Estatuto Social;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xiv) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia,
- (xv) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (xvi) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xvii) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (xviii) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (xix) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (xx) alterar a política de dividendos;
- (xxi) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (xxii) reduzir o dividendo obrigatório;
- (xxiii) alterar o objeto social da Companhia; e
- (xxiv) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: sede da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Endereços eletrônicos: www.tarpon.com.br; www.bovespa.com.br; www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para os acionistas.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitaram e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

Para que possa participar da assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral.

A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o áudio e/ou vídeo das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não disponibiliza mecanismos para permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	30/01/2014
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/01/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	12/02/2014
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	12/02/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	06/03/2014
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	06/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	29/01/2013
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/01/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	19/02/2013
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/02/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	05/03/2013
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	05/03/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	07/02/2012
		Jornal da Tarde - SP	07/02/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	23/02/2012
		Jornal da Tarde - SP	23/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	10/03/2012
		Jornal da Tarde - SP	10/03/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se:

- (i) pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente; e
- (ii) extraordinariamente, sempre que necessário.

b) Disposições de acordos de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Nos termos do acordo de acionistas da Silver King Participações Ltda., celebrado em 10 de julho de 2009, os conselheiros por esta indicados devem votar de acordo com a deliberação tomada em reunião prévia de seus cotistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Silveira Mufarej	37	Pertence apenas à Diretoria	28/08/2013	AGO de 2015
263.395.488-06	Administrador de empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/08/2013	Sim
Caroline Miranda Ebel	33	Pertence apenas à Diretoria	28/08/2013	AGO de 2015
301.557.258-07	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/08/2013	Sim
Fabio Hering	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
006.283.238-75	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
Miguel Gomes Ferreira	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
283.617.668-71	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Fernando Shayer	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
066.182.178-14	Advogado e Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	04/03/2013	Sim
Horácio Lafer Piva	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
038.613.618-17	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Membro do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
José Carlos Reis de Magalhães Neto	34	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
286.951.128-02	Administrador de Empresas	Diretor sem designação específica e Membro do Conselho de Administração (efetivo)	04/03/2013	Sim

José Carlos é Diretor sem designação específica, Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Remuneração e Participação.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Eduardo Silveira Mufarej - 263.395.488-06

Eduardo juntou-se à Tarpon em janeiro de 2004 como gestor de portfólio, atuou recentemente como o responsável pelas iniciativas internacionais da Tarpon e ocupa atualmente o cargo de Diretor Presidente da Companhia. Eduardo é membro do conselho de administração da BRF S.A., Omega Energia Renovável S.A. e Cia Acqua. Antes de se juntar à Tarpon, ele foi vice presidente de Investment Banking do Banco HSBC, associado de Investment Banking do banco CCF e analista de investimentos do Citigroup Capital Markets Division. Eduardo graduou-se em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo. Eduardo informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Caroline Miranda Ebel - 301.557.258-07

Caroline entrou na Tarpon em 2011, é responsável pela área de contabilidade e finanças da companhia e ocupa atualmente o cargo de Diretora de Relações com Investidores da Tarpon Investimentos S.A.. Anteriormente, trabalhou na Price Waterhouse Coopers por 11 anos, atuando como gerente de auditoria especializada em instituições financeiras. Ainda, Caroline atuou como membro do Conselho Fiscal da Cremer S.A. de 24/04/2012 até 30/04/2013. Caroline graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC - São Paulo) e Contabilidade na UNIP. Caroline informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Hering - 006.283.238-75

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Diretor Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Miguel Gomes Ferreira - 283.617.668-71

Miguel juntou-se à Tarpon em 2008 e atua no time de Desenvolvimento de Negócios da Tarpon Gestora de Recursos S.A, empresa da qual também é diretor. Miguel é ainda conselheiro de administração da Omega Energia Renovável S.A.. Miguel possui mais de treze anos de experiência no mercado financeiro. Antes da Tarpon, trabalhou no Unibanco, onde foi responsável pela cobertura de clientes corporativos. Miguel iniciou sua carreira no Banco BBA Creditanstalt em São Paulo, onde trabalhou como associado durante quatro anos. Após o BBA, trabalhou na Estáter Gestão e Finanças (consultoria de fusões e aquisições). Miguel é formado em Administração de Empresas na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, e concluiu seu MBA na London Business School – Reino Unido.

Miguel Gomes Ferreira informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Shayer - 066.182.178-14

Fernando é responsável pela área de private equity e monitoramento de companhias investidas na Tarpon Gestora de Recursos S.A., sendo também diretor e membro do Comitê de Investimentos desta. Fernando é ainda Conselheiro de administração da Acqua S.A., Cia Acqua, Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Exerce função de conselheiro de administração nas empresas Omega Energia Renovável S.A., Companhia Acqua e Morena Rosa Group S.A.. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

Fernando Shayer informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos Reis de Magalhães Neto - José Carlos é o fundador e Presidente do Conselho de Administração e diretor sem designação específica da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A.. Além disso, José Carlos faz parte do Conselho de Administração da BRF S.A., Omega Energia Renovável S.A., Acqua S.A. e da Cia Acqua. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Fabio Hering	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	15/03/2013	RCA após AGO 2015
006.283.238-75			53	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.		Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Diretor Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.			
		Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Horácio Lafer Piva	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/03/2013	RCA após AGO 2015
038.613.618-17			55	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.		Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.			
		Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Walter Iorio	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Contador	15/03/2013	RCA após AGO 2015
051.364.908-53			67	15/03/2013	
		Walter Iorio é ex-sócio da KPMG Brasil, onde foi responsável por auditorias de instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada. É membro do Grupo de Trabalho de especialistas em instituições financeiras do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Foi reeleito para a gestão 2010/2013, membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP). Foi Presidente do Comitê de Auditoria da Tokio Marine Brasil Seguradora S.A. e da Tokio Marine Seguradora S.A., de 2006 a 2011. Foi membro do Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros e da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., de 2006 a 2011 e da Sul América Companhia de Seguros Gerais de 2008 a 2011. Foi Diretor Superintendente da KPMG PREV – Sociedade de Previdência Privada, de 2000 a 2009. Em abril 2011 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Indusval S.A.(companhia aberta). Formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Álvares Penteado (1969). Walter não sofreu qualquer tipo de condenação.			

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Fabio Hering	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	15/03/2013	RCA após AGO 2015
006.283.238-75			53	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance					
Horácio Lafer Piva	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/03/2013	RCA após AGO 2015
038.613.618-17			55	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance					
José Carlos Reis de Magalhães Neto	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Administrador de Empresas	25/07/2014	RCA após AGO 2015
286.951.128-02			34	25/07/2014	
José Carlos é Diretor sem designação específica, e Presidente do Conselho de Administração					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2013Administrador do Emissor

Miguel Gomes Ferreira

283.617.668-71

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Cotista

ObservaçãoAdministrador do Emissor

José Carlos Reis de Magalhães Neto

286.951.128-02

Controle

Controlador Direto

Diretor e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Cotista/Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fernando Shayer

066.182.178-14

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Cotista/Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Eduardo Silveira Mufarej Diretor Presidente	263.395.488-06	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Silver King Participações Ltda. Cotista/Administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Pedro de Andrade Faria Diretor Presidente e DRI	271.782.078-76	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Silver King Participações Ltda. Cotista/Administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2012			
Administrador do Emissor Fernando Shayer Conselheiro de Administração	066.182.178-14	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Silver King Participações Ltda. Cotista/Administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor José Carlos Reis de Magalhães Neto	286.951.128-02	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda. Cotista/Administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			

Administrador do Emissor			
Pedro de Andrade Faria Conselheiro de Administração	271.782.078-76	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda. Cotista/administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			

Administrador do Emissor			
Marcelo Guimarães Lopo Lima Conselheiro de Administração	132.483.688-10	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda. Cotista/Administrador	10.628.571/0001-29		
Observação			

Administrador do Emissor			
Rafael Sonder Diretor de Relação do Investidores	298.946.868-42	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	-----------------------------------------------------------	----------------------------

Diretor Administrativo e Financeiro

Observação

Rafael foi eleito diretor da Pessoa Relacionada em 24 de abril de 2012.

Administrador do EmissorJosé Carlos Reis de Magalhães Neto
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente

286.951.128-02

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaTarpon Gestora de Recursos S.A.
Diretor Presidente

14.841.301/0001-52

Observação

José Carlos foi eleito da Pessoa Relacionada em 24 de abril de 2012.

Exercício Social 31/12/2011**Administrador do Emissor**José Carlos Reis de Magalhães Neto
Diretor Presidente e de Investimentos e Presidente do Conselho de Administração

286.951.128-02

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Observação**Administrador do Emissor**Marcelo Guimarães Lopo Lima
Membro do Conselho de Administração

132.483.688-10

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fernando Shayer

066.182.178-14

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Pedro de Andrade Faria

271.782.078-76

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Silveira Mufarej

263.395.488-06

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê a cobertura de no limite de até US\$ 70 milhões.

A Companhia mantém termos de compromisso pelos quais se compromete a isentar e manter seus administradores indenados contra perdas, danos, prejuízos e despesas, potenciais ou efetivos, derivadas direta ou indiretamente de ato, ação ou omissão do administrador no exercício de suas atribuições na Companhia, suas subsidiárias e Fundos sob sua gestão.

A Companhia não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais, movidos contra administradores da Companhia em decorrência do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 12 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso), baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos e vice-presidentes.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus à remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2013:

Elemento	Participação na remuneração total
-----------------	------------------------------------------

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração fixa	43%
Bônus ou PLR	57%
Total	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A remuneração global aprovada na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 4 de março de 2013 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.008.000,00		1.320.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	18.180.000,00		18.180.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	19.188.000,00		19.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,83	2,33		8,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.186.902,00		1.498.902,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	1.186.902,00		1.498.902,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,17		8,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.249.639,75		1.561.639,75
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	23.686,10		23.686,10
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	1.273.325,85		1.585.325,85

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	289.040,00	1.390.889,00	0,00	1.679.929,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.367.662,00	0,00	15.367.662,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	289.040,00	16.758.551,00	0,00	17.047.591,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados. O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2014, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	3	8
Bônus	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido			

2013

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2013, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,83 ¹	2,33 ²	8,16
Bônus	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	0
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	0

¹ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros. O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Rodrigo Reghini Vieira ao Conselho de Administração em novembro de 2013.

² O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Pedro de Andrade Faria e eleição dos Sr. Eduardo Mufarej e Caroline Miranda Ebel para os cargos de Diretor Presidente e Diretora de Relação com Investidores, respectivamente, em agosto de 2013.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2012 - Remuneração

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6	2,17 ³	-
Bônus	0	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.075.767,00	R\$ 18.075.767,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

³ Referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr Eduardo Mufarej à Diretoria em março de 2012.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2011

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	3	6
Bônus	0	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

O Plano não tem caráter remuneratório, consistindo em mecanismo de alinhamento de longo prazo para os executivos da Companhia.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados às subsidiárias da Companhia e às companhias investidas pelos Fundos), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a maximizar os resultados da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2013.

Órgão	Ações Ordinárias	Opções de Ações
Conselho de Administração	13.157.943	628.626
Diretoria	6.135.110 ¹	29.750 ²

¹ Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

² Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorgada qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de diretores ou conselheiros da Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2013¹

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	N/A	3
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade		33.975
Data em que se tornaram exercíveis		01/07/2014
Prazo máximo para exercício das opções		5 anos a partir de cada vesting
Prazo de restrição à transferência de ações		12 meses após o exercício de cada opção
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,77
Opções Exercíveis		0
Quantidade		N/A
Prazo máximo para exercício das opções		N/A
Prazo de restrição à transferência de ações		N/A
Preço médio ponderado de exercício		N/A
Valor justo no último dia do exercício social		N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2013¹

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	N/A	3
Opções exercidas		86.384
Número de ações		86.384
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,95
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 11,95
Ações entregues		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2012²

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº membros	N/A	3
Opções Exercidas		909.402
Número de ações		909.402
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,58
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado		R\$ 9,56
Ações Entregues		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado		N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

² Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011³

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº membros		3
Opções Exercidas		3.167.409
Número de ações		0
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,78
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado		R\$ 13,45
Ações Entregues		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado		N/A

³ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**13.9****Modelo de Precificação**

A avaliação do Plano apresentada neste item foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga de 10 de março de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 30 de novembro de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de fevereiro de 2010:

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de agosto de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2011:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2012:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 20 de agosto de 2012:

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 10 de outubro de 2013:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 19,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,44; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,58 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,78%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

c) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

d) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**13.10**

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	2,33	3,00	3,00	5,83	6,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	492.000,00	828.000,00	8.105.879,00	156.000,00	156.000,00	150.520,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	74.750,00	314.326,00	744.292,00	156.000,00	156.000,00	138.520,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	296.725,50	571.162,93	5.586.184,00	156.000,00	156.000,00	144.520,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2013
31/12/2012	A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2012

Conselho de Administração	
31/12/2013	Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração. Foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.
31/12/2012	Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração, foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.

Conselho Fiscal	
------------------------	--

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12

A Companhia não adota nenhum mecanismo de remuneração e indenização para administradores, se destituídos dos seus cargos ou aposentados.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**13.13**

Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2011	2012	2013
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	96%	75%	94%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

Órgão	2013	2012	2011
Conselho de	R\$6.352.320,99	R\$ 2.196.875,00	R\$ 23.151.586,00
Administração			
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**13.15**

Nos exercícios de 2012 e 2011, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Não obstante, conforme indicado no item 13.1(f) deste Formulário de Referência, durante o exercício de 2013, a remuneração dos membros da Diretoria foi inteiramente arcada pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Emissora responsável pela atividade de gestão de recursos, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores ou funcionários de referida subsidiária operacional da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 13 deste documento.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Número de empregados****2013**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil (<i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i>)	Analista de Investimentos	14	43
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	9	
	Controle Operacional (back office)	9	
	Diversas (estágio/Trainee)	7	
Nova Iorque, NY, EUA (<i>TISA NY Inc.</i>)	Analista de Investimentos	3	7
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio/Trainee)	1	

2012

Considerando que a Emissora, Tarpon Investimentos S.A., passou a ser uma empresa de participação (*holding*) em 31 de agosto de 2012, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava operando com o seguinte número de funcionários em cada uma de suas subsidiárias integrais operacionais:

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil (<i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i>)	Analista de Investimentos	12	31
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	1	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	8	
	Controle Operacional (back office)	7	
	Diversas (estágio)	1	

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Nova Iorque, NY, EUA (TISA NY Inc.)	Analista de Investimentos	3	6
	Desenvolvimento de Negócios	1	
	Jurídico	1	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio)	0	

2011

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP (Tarpon Investimentos S.A.)	Análise de Investimentos	13	37
	Desenvolvimento de Negócios	4	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	8	
	Controle Operacional (back office)	6	
	Diversas (estágio)	3	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**b) Número de terceirizados****2013**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0

2012

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0
	Suporte TI	0	

2011

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**c) Índice de rotatividade**

Ano	Índice de rotatividade¹
2013	43,7%
2012	24,3%
2011	19,0%

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Ano	Passivos e contingências trabalhistas
2013	0
2012	0
2011	0

¹ A Companhia calcula o seu índice de rotatividade considerando a razão entre a média de novas contratações e desligamentos sobre a média de funcionários da Companhia entre um exercício social e outro.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia, na qualidade de holding, não possui funcionários registrados e suas atividades operacionais são desenvolvidas por meio de suas subsidiárias.

A Companhia (definição que inclui as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente), remunera seus funcionários por meio de salário mensal, benefícios e remuneração variável anual.

Política de salário:

O salário dos empregados é determinado segundo critérios de cargo, senioridade e nível de profissionalização.

Política de remuneração variável:

A Companhia possui um Programa de Participação nos Lucros e Resultados, segundo o qual os empregados podem receber, anualmente, participação nos lucros. Ocasionalmente, a Companhia pode atribuir gratificações a seus funcionários.

b) Política de benefícios

A Companhia está sujeita aos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis.

Além do salário mensal, benefícios e remuneração variável, a Companhia concede aos seus funcionários os seguintes benefícios: vale refeição, vale transporte (ou estacionamento, conforme o caso), seguro de vida, e subsidia 50% do plano de saúde de seus funcionários.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

(i) Grupos de beneficiários

O plano de opções não tem caráter remuneratório, apenas de alinhamento de longo prazo. Os beneficiários do plano de opções de compra de ações da Companhia são os administradores (com exceção dos conselheiros independentes) e empregados (incluindo aqueles vinculados a companhias que fazem parte da carteira de investimentos dos Fundos geridos pela Companhia), de acordo com a alocação que venha a ser determinada pelo conselho de administração.

(ii) Condições para exercício

O exercício das opções objeto do plano estará sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o beneficiário continue a atuar como administrador, ou funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias em cada tal data.

Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia (ou com suas subsidiárias), ou de término sem justa causa por parte da Companhia (ou de suas subsidiárias), tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Em caso de término do vínculo com a Companhia (ou suas subsidiárias) por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

(iii) Preços de exercício

O Preço de Exercício das opções será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos do item 5.4. do Plano.

(iv) Prazos de exercício

As opções objeto do plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- a. A primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;
- b. A segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 5,6% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- c. As opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Não obstante o disposto acima, no evento dos atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva Data de Vesting (inclusive opções exercíveis a partir da Data da Primeira Outorga).

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser emitidas Ações que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por um sindicato no Estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis. A Companhia entende que tem um bom relacionamento com o sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Pedro de Andrade Faria						
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Não	20/10/2013		
	1.438.204	3,089000%	0	0,000000%	1.438.204	3,089000%
SPX Equities Gestão de Recursos LTDA						
14.595.392/0001-93		Não	Não	30/04/2014		
	2.891.493	6,211000%	0	0,000000%	2.891.493	6,211000%
Marcelo Guimarães Lopo Lima						
132.483.688-10	Brasileiro-SP	Sim	Não	29/07/2013		
	583.087	1,252000%	0	0,000000%	583.087	1,252000%
Silver King Participações Ltda.						
10.628.571/0001-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/11/2012		
	21.982.008	47,217000%	0	0,000000%	21.982.008	47,217000%
Eduardo Silveira Mufarej						
263.395.488-06	Brasileiro-SP	Sim	Não	29/07/2013		
	1.492.354	3,206000%	0	0,000000%	1.492.354	3,206000%
José Carlos Reis de Magalhães Neto						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Sim	Não	29/07/2013		
	2.700.565	5,801000%	0	0,000000%	2.700.565	5,801000%
Fernando Shayer						
066.182.178-14	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/02/2014		
	134.094	0,288000%	0	0,000000%	134.094	0,288000%
Rodrigo Reghini Vieira						
246.825.328-04	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/03/2014		
	316.300	0,680000%	0	0,000000%	316.300	0,680000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
José Alexandre Carneiro Borges						
008.585.487-55	Brasileiro-RJ	Sim	Não	29/07/2013		
	61.575	0,132000%	0	0,000000%	61.575	0,132000%
Philip Vicent Reade						
251.487.448-39	Brasileira-RJ	Sim	Não	27/02/2014		
	162.111	0,348000%	0	0,000000%	162.111	0,348000%
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho						
306.073.288-43	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/02/2014		
	28.000	0,060000%	0	0,000000%	28.000	0,060000%
Miguel Gomes Ferreira						
283.617.668-71	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/02/2014		
	50.574	0,109000%	0	0,000000%	50.574	0,109000%
OUTROS						
	14.714.584	31,607000%	0	0,000000%	14.714.584	31,607000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 02/12/2014						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	46.554.949	100,000000%	0	0,000000%	46.554.949	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29	
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho					
306.073.288-43	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013	
176.804	0,792000	0	0,000000	176.804	0,792000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Eduardo Silveira Mufarej					
263.395.488-06	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
4.746.513	21,256000	0	0,000000	4.746.513	21,256000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Shayer					
066.182.178-14	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
1.958.332	8,770000	0	0,000000	1.958.332	8,770000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Alexandre Carneiro Borges					
008.585.487-55	Brasileiro-RJ	Sim	Não	22/02/2013	
274.756	1,230000	0	0,000000	274.756	1,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29	
José Carlos Reis de Magalhães Neto					
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
8.470.221	37,932000	0	0,000000	8.470.221	37,932000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marcelo Guimarães Lopo Lima					
132.483.688-10	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
529.407	2,371000	0	0,000000	529.407	2,371000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Miguel Gomes Ferreira					
283.617.668-71	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013	
198.747	0,890000	0	0,000000	198.747	0,890000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro de Andrade Faria					
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Não	14/11/2013	
5.696.962	25,512000	0	0,000000	5.696.962	25,512000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29	
Pedro de Andrade Faria					
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Não	14/11/2013	
5.696.962	25,512000	0	0,000000	5.696.962	25,512000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Philip Vicent Reade					
251.487.448-39	Brasileiro-RJ	Sim	Sim	22/02/2013	
144.297	0,646000	0	0,000000	144.297	0,646000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rodrigo Reghini Vieira					
246.825.328-04	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013	
134.138	0,601000	0	0,000000	134.138	0,601000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	22.330.177	100,000000	0	0,000000	22.330.177
					100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/02/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	424
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	29
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	50

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	17.606.075	37,820000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	17.606.075	37,820000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Item de apresentação facultativo.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade, e Rodrigo Reghini Vieira (“Sócios”), Silver King Participações Ltda (“SK”) e Tarpon Investimentos S.A. (“TISA”) como intervenientes anuentes.

b) Data de Celebração

10 de julho de 2009.

c) Prazo de vigência

Indeterminado.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Sócios se comprometem a, anteriormente a quaisquer reuniões da SK, assembleias gerais da TISA ou reuniões do conselho de administração da TISA, fazer uma Reunião Prévia para determinar o voto que será proferido no respectivo conclave pelas ações da TISA detidas pelos Sócios direta e indiretamente pela SK.

Em decorrência do desligamento do Srs. Pedro de Andrade Faria e José Alexandre Carneiro Borges de suas funções executivas na Companhia e subsidiárias, Pedro e José Alexandre assumiram voluntariamente os seguintes compromissos, vigentes a partir de 14 de novembro de 2013 para o Sr. Pedro e a partir de 30 de abril de 2014 para o Sr. José Alexandre: (i) não exercer seu direito de voto com relação à totalidade das cotas da Silver King de sua titularidade (exceto determinadas matérias extraordinárias, incluindo aquelas previstas no art. 136 da Lei 6.404/76); e (ii) exercer os direitos de voto com relação às ações da Companhia por ele detidas diretamente exclusivamente conforme orientação da maioria dos sócios da Silver King, a qual será determinada sem sua participação ou influência.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A SK, como controladora da TISA, indica os administradores conforme decisões de seus quotistas, os Sócios. Para que a indicação dos administradores aconteça, deve-se respeitar o procedimento previsto no item (d) deste formulário. Até o 10º aniversário deste Acordo, a destituição do Sr. José Carlos Reis de Magalhães Neto do cargo de Diretor de Investimentos (CIO - “*Chief Investment Officer*”) só será permitida com a votação unânime dos outros Sócios neste sentido.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Até o 5º aniversário deste Acordo, os Sócios ficam obrigados a não transferir qualquer quota da SK de sua titularidade, e a fazer com que a SK não transfira qualquer ação de emissão da TISA. No entanto, podem a qualquer tempo transferir quotas da SK a outro Sócio, desde que seja respeitado o direito de preferência dos demais Sócios. Após o período restrito de 5 anos, os sócios podem transferir quotas da SK a terceiros, respeitando o direito de preferência dos demais sócios e desde que o terceiro adira a este acordo e todos os direitos e obrigações de Sócio.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração.**

O Acordo indica que os Sócios irão se reunir previamente a qualquer reunião do Conselho de Administração da TISA para alinhar a intenção e estratégia de voto no Conselho, vinculando seus participantes a essa decisão.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Durante os três últimos exercícios sociais, só ocorreu a alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle apresentado no item 8.3. deste Formulário de Referência.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 15 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos do Estatuto Social, é de competência do Conselho de Administração a aprovação de qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	08/02/2014	3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00	100	Prazo indeterminado, com pagamento em até 01 (um) ano a partir da assinatura do contrato	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Mútuo						
Fundos de investimento estrangeiros e TISA NY Inc.	31/03/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TISA NY Inc. é subsidiária integral da Companhia.						
Objeto contrato	Contratação da TISA NY Inc. pelos fundos estrangeiros para prestação de serviços de análise de oportunidades de investimento no exterior e relacionamento com investidores dos fundos estrangeiros. Pela prestação dos serviços, a TISA NY Inc. receberá atrelada à taxa de administração dos fundos estrangeiros.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
Fundos de investimentos e Tarpon Gestora de Recursos S.A.	31/08/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("TGR") é subsidiária integral da Companhia						
Objeto contrato	Contratação da TGR como gestora dos fundos de investimentos locais e estrangeiros tendo como remuneração taxas de administração e de performance diferentes, de acordo com o perfil de cada fundo.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação	Sem informações relevantes						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundos de investimento estrangeiros e Tarpon All Equities (Cayman) Ltd. ("TAE Cayman")	31/03/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TAE Cayman é subsidiária integral da Companhia e general partner dos fundos de investimento estrangeiros.						
Objeto contrato	Contratação da Companhia pelos fundos estrangeiros para prestação de serviços de gestão de carteira, análise e estruturação de investimentos e monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelos fundos. Pela prestação dos serviços, a Companhia receberá remuneração atrelada à taxa de administração e taxa de performance dos fundos estrangeiros.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Na aprovação de operações com partes relacionadas, deverão ser observados os preceitos da Lei das Sociedades por Ações. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que nenhum acionista da Companhia poderá votar nas deliberações da assembléia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia apresenta comitês de acompanhamento contínuo das suas atividades. É o caso do Comitê de Auditoria e Compliance, que abarca os termos da Instrução CVM N° 509, de 16 de novembro de 2011, referente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e o Comitê de Remuneração e Participação para avaliar e autorizar os planos de remuneração dos administradores e funcionários.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/12/2014	6.985.881,27		46.554.949	0	46.554.949

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/03/2010	Conselho de Administração	10/03/2010	176.432,20	Subscrição particular	32.763	0	32.763	4,40611000	5,40	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro.								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	1.494.935,46	Subscrição particular	488.541	0	488.541	3,57581000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	10.893.103,88	Subscrição particular	4.064.077	0	4.064.077	26,05575000	2,68	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	3.467.706,48	Subscrição particular	1.376.074	0	1.376.074	6,39858000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	1.178.418,24	Subscrição particular	385.104	0	385.104	2,17441000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	297.440,00	Subscrição particular	88.000	0	88.000	0,54883000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	718.753,85	Subscrição particular	91.561	0	91.561	1,32624000	7,85	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	248.830,02	Subscrição particular	81.317	0	81.317	0,41571000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	1.010.673,72	Subscrição particular	401.061	0	401.061	1,68848000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	20.280,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,03388000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	26.092,15	Subscrição particular	4.445	0	4.445	0,04359000	5,87	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	3.309.146,39	Subscrição particular	1.307.963	0	1.307.963	1,05633000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	223.100,28	Subscrição particular	66.006	0	66.006	0,07122000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	443.199,79	Subscrição particular	77.891	0	77.891	0,14148000	5,69	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	1.146.542,22	Subscrição particular	374.687	0	374.687	0,36599000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	173.807,90	Subscrição particular	31.430	0	31.430	0,27960000	5,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	387.100,00	Subscrição particular	35.000	0	35.000	0,62272000	11,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/04/2013	Conselho de Administração	29/04/2013	15.890,78	Subscrição particular	15.000	0	15.000	0,25271000	10,59	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	63.540,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,09578000	10,59	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	578.617,95	Subscrição particular	112.353	0	112.353	0,87224000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	182.520,00	Subscrição particular	54.000	0	54.000	0,27514000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	973.095,30	Subscrição particular	318.005	0	318.005	1,46690000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	263.798,04	Subscrição particular	104.268	0	104.268	0,39766000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	609.600,00	Subscrição particular	60.000	0	60.000	0,94000000	10,16	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	656.760,00	Subscrição particular	78.000	0	78.000	1,01300000	8,42	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	348.365,82	Subscrição particular	137.694	0	137.694	0,29700000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	93.024,00	Subscrição particular	30.400	0	30.400	0,06600000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	81.254,07	Subscrição particular	24.111	0	24.111	0,05200000	3,37	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	916.762,50	Subscrição particular	186.750	0	186.750	0,40300000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	74.250,00	Subscrição particular	22.000	0	22.000	0,04714000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	679.540,32	Subscrição particular	222.072	0	222.072	0,47586000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	235.799,01	Subscrição particular	45.764	0	45.764	0,09806000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	1.281.000,00	Subscrição particular	140.000	0	140.000	0,30000000	9,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde a abertura do capital da Companhia, não foi realizado desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até o momento, a Companhia não realizou redução de seu capital.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No caso das ações da Companhia (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações, os acionistas não terão direito de retirada.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações de titularidade da Silver King Participações Ltda. estão sujeitas a restrições à transferência, nos termos do Acordo de Sócio celebrado em 10 de julho de 2009.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Emissora não apresenta regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Emissora não apresenta exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.286.458	14,12	12,77	R\$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.715.166	13,70	11,99	R\$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.947.325	14,58	12,87	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.351.851	14,42	13,73	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.914.646	16,94	13,40	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	79.428.944	14,06	12,44	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.639.999	13,49	11,11	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	85.186.637	14,41	12,94	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.158.677	20,50	17,30	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.322.767	18,98	17,05	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.711.004	19,60	14,00	R\$ por Unidade
30/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.380.242	17,99	14,20	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia só tem ações ordinárias emitidas.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA, sob o *ticker* [TRPN3], sendo listadas no segmento diferenciado de governança corporativa do *Novo Mercado*

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a presente data, não foi realizada nenhuma oferta pública de aquisição pela Companhia relativa a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
28/01/2013	28/01/2013 à 28/01/2014	3.052.000,00	Ordinária		1.870.045	10,000000	200.000	14,38	R\$ por Unidade	10,695000
O montante de reserva disponível refere-se à posição em 31 de dezembro de 2012.										

13/04/2012	13/04/2012 à 28/01/2013	32.623.000,00	Ordinária		1.953.786	10,000000	1.528.227	12,71	R\$ por Unidade	78,220000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2011										

17/11/2011	17/11/2011 à 16/11/2012	26.507.000,00	Ordinária		2.170.873	10,000000	2.170.873	13,54	R\$ por Unidade	100,000000
O montante de reserva de capital indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2011										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2013****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		1.528.200	19.431.973,56	12,72
Aquisição		1.388.800	19.933.402,73	14,35
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		2.374.900	31.431.135,24	13,23
Saldo final		542.100	7.934.241,05	14,64

Exercício social 31/12/2012**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		3.699.073	48.753.266,67	13,18
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		2.170.873	0,00	13,51
Saldo final		1.528.200	19.431.973,56	12,72

Exercício social 31/12/2011**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Valor mobiliário** Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			542.100	14,63	R\$ por Unidade	05/12/2013	3,116000

19.4 - Outras informações relevantes

Na relação “ações em tesouraria/ações em circulação”, descrita no item 19.3, foi utilizada a data base de 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que aprovou a celebração de contratos de *swap* envolvendo a evolução das cotações das ações por ela emitidas, com objetivo diverso de proteção patrimonial (*hedge*). A Companhia entende que tais operações não envolvem riscos relevantes para o emissor ou seus acionistas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	17/11/2011
Cargo e/ou função	Acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e funcionários da Companhia.

Principais características

A Política de Negociação estabelece determinadas regras que deverão ser observadas em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela Companhia e suas controladas e sociedades sob controle comum, pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e pelos funcionários da Tarpon que aderirem à Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação com as Ações, pela Tarpon no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas seguintes hipóteses: (i) nas datas em que a Tarpon adquirir Valores Mobiliários, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, é vedado aos Indivíduos Restritos alienar valores Mobiliários; e (ii) nas datas em que a Companhia alienar Valores Mobiliários, é vedado aos Indivíduos Restritos adquirir Valores Mobiliários. A Companhia deverá informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas. É vedada, ainda, a negociação com Ações pelos funcionários da Tarpon, não incluídos os Vice-Presidentes, salvo (a) no âmbito de qualquer programa de opções de compra de ações da Companhia ou (b) por meio do clube de investimento para aplicação por administradores, funcionários e parentes de administradores da Companhia, nos termos de seu regulamento.

É vedada a negociação com ações de emissão da Companhia pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Agora CTVM S.A., com sede na Praia de Botafogo 300, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ; (ii) CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP; (iii) Itaú CV S/A, Rua Álvares Penteado, 218, São Paulo, SP; (iv) Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16º andar, São Paulo, SP; e (v) XP Investimentos CCTVM S.A, com sede na Av. das Américas, 3434, bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22640-102. Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 20 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Prevedemos uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nesse caso, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpra às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpra, ainda, à referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 21 deste Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos três últimos exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, não houve a celebração de contratos relevantes pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 22 deste Formulário de Referência.